



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 226 - DE 31 DE OUTUBRO A 12 DE NOVEMBRO DE 2001 - R\$ 1,00

## CONTRA A GUERRA GENOCIDA:



**EUA massacram Afeganistão.  
As massas protestam com  
manifestações antiimperialistas.  
Os governos da feudal-burguesia  
reprimem os explorados.  
A tarefa do movimento operário  
é pôr em pé a luta antiimperialista  
em toda parte.**

## POR EM PÉ A FRENTE ÚNICA ANTIIMPERIALISTA

**CONTRA AS DEMISSÕES E O ARROCHO:  
UNIDADE NACIONAL GREVISTA**

**Abaixo a burocracia sindical e  
seus acordos de redução salarial**

**Balanço do Congresso da Apeoesp  
e das eleições do DCE-USP**

# Quinzena do Movimento Operário

## Número de sindicalistas mortos aumentou 50%

O balanço da CIOSL é que o ano passado foi marcado pelo aumento da repressão a atividades e dirigentes sindicais em todo o mundo. Segundo a entidade, 209 sindicalistas morreram ou desapareceram, o que significa um aumento de 50% da quantidade registrada em 1999. A maioria dessas mortes — 186 (ou seja, 90%) aconteceu em continente americano. Durante o ano passado, 8.500 sindicalistas foram detidos e 3 mil foram feridos. Outros 100 mil dirigentes sindicais foram investigados e mais 20 mil demitidos. Na pesquisa da CIOSL foram incluídos 140 países, entre os quais o Brasil, que ganhou uma referência principalmente devido à violência “nas regiões rurais”. Mas foi a Colômbia que ganhou o “título” de país mais perigoso do mundo para os sindicalistas. O número de sindicalistas colombianos mortos ou desaparecidos dobrou em relação ao ano anterior e chegou a 153, mais de 70% do total registrado em todo o mundo.

O direito de greve também continuou sofrendo restrições. Pelo menos 300 greves ou manifestações foram reprimidas, em quase 90 países. Oitenta por cento dos países examinados adotaram legislação restritiva a respeito. Como podemos perceber, mesmo com estes dados filtrados pela própria CIOSL, neste período de esgotamento do sistema de produção capitalista (Imperialismo) a pseudo democracia burguesa deixa de existir completamente. A ordem é reprimir ao máximo os movimentos que interferiram na espoliação Imperialista.

## Mais Demissões em Nível Mundial

A OIT analisa que poderá haver a eliminação de 24 milhões de empregos até 2003, hoje já existem 800 milhões de desempregados e subempregados em todo o mundo. Alguns exemplos da quinzena.

A Boeing anunciou que vai demitir 10.500 funcionários até o dia 14 de dezembro. As dispensas fazem parte de um plano anunciado anteriormente pela empresa que previa o corte de 30 mil empregos até o final de 2002, sendo que 2.500 demissões serão feitas por meio de aposentadorias e não renovação de contratos trabalhistas. As demissões abrangem 6 mil funcionários localizados próximo a Seattle, onde fica a matriz da unidade de aeronaves comerciais da Boeing.

A fabricante de câmeras fotográficas instantâneas Polaroid ingressou ontem na Justiça dos Estados Unidos com pedido de falência. A atitude da companhia já era esperada por especialistas devido às imensas dívidas que a empresa tem atualmente.

## Montadoras

O Sinfavea (sindicato patronal) impôs um acordo com duração de dois anos, com as empresas dando reajuste equivalente ao INPC agora (a estimativa é de 7,7%) e em 2002. Ano que vem, as montadoras dariam 2% de aumento real na data-base (1º de novembro), desde que a produção de veículos no Estado atingisse 1,120 milhão. Outro item do acordo é a mudança de data-base de novembro para setembro, em 2003, desde que o setor de autopeças decida acompanhar as montadoras.

A proposta dividiu os sindicalistas, o bloco majoritário, composto basicamente pelos sindicatos do ABC e de Taubaté fechou o acordo afirmando que “o acordo por dois anos significa acenar para a sociedade que há um setor da economia apostando num processo de retomada”.

Os sindicatos de Campinas e São José dos Campos deixaram a mesa de negociação por discordar da duração do acordo. “É prever um acordo para um futuro muito incerto”.

O bloco ABC/Taubaté reúne 41 mil metalúrgicos em montadoras, e o São José/Campinas, 12.500. Por divergências internas, os cutistas negociam em dois blocos há três anos.

A bancada da Força Sindical, com 9.200 trabalhadores (São Caetano, Tatuí e Mogi das Cruzes), também deixou a mesa. O presidente do sindicato de São Caetano concordou com os 2%, desde que não haja meta.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho, defendeu o acordo, por garantir reajuste durante dois anos e sinalizar certa estabilidade. Disse que o período de dois anos dará aos sindicalistas mais liberdade “para influenciar na conjuntura política do ano que vem”. As referências às eleições de 2002 foram constantes durante a assembléia, ou seja, descartou-se toda e qualquer possibilidade de luta da categoria no ano que vem para canalizar para as ilusões democráticas no parlamento. Está aí a influência do PT na burocracia sindical, que trabalha contra a mobilização unitária dos metalúrgicos.

## Volkswagen fala em 3 mil excedentes

A Volkswagen esperou a aprovação do acordo para anunciar que vai se reunir para discutir redução de jornada e salários, banco de horas e terceirização, entre outros temas. A empresa alega que na fábrica de Taubaté, onde trabalham 6.500 funcionários, o excedente seria de mil pessoas. Na unidade de São Bernardo, com 16 mil operários diz ter 3 mil excedentes. Na proposta apresentada pela montadora, a redução se-

ria de 20%, tanto na jornada como no salário. Para quem recebe até R\$ 3 mil, a participação nos lucros ou resultados (PLR) serviria como complemento, para não haver diminuição da renda mensal. Esse argumento é mentiroso, pois a meta é reduzir 20% dos salários. E pretende-se acelerar o processo de reestruturação na fábrica de São Bernardo. Querem reduzir os 16 mil operários. A empresa — que já teve 40 mil — quer ficar com 12 mil ou mesmo 10 mil. Há, inclusive, um programa de demissões voluntárias aberto — também até o dia 31 —, até agora com pequena adesão. A empresa pressiona com novas férias coletivas a partir de 12 de novembro.

## Outros Metalúrgicos

A tendência é que no grupo 10 (indústria de lâmpadas, estamperia e outros) o acordo fechado entre os metalúrgicos do ABC e o Sinfavea (montadoras) seja o padrão para as negociações salariais, e com o aumento proporcional como ocorreu no ano passado, quando as montadoras tiveram 10% e os demais setores 8%, o que significa reajuste abaixo do INPC os pelegos tentarão o acordo por empresa. Outro setor que deve analisar o acordo das montadoras é o SINDIPEÇAS, que adiou a reunião para o dia 30. O fracionamento da Campanha Salarial dos Metalúrgicos fez com que na prática existam metalúrgicos de segunda categoria que precisam de um salário menor. Devemos começar a organizar uma poderosa corrente proletária no interior dos metalúrgicos que terá a tarefa de derubar esta burocracia divisionista.

## Metalúrgicos - Congressos dividem a categoria

Sindicatos de metalúrgicos ligados à CUT realizaram dois congressos, devido a divergências internas sobre a organização da categoria. Em Campinas, foi realizado o congresso de fundação da Federação Nacional Democrática dos Metalúrgicos da CUT, promovido por sindicalistas vinculados à Alternativa Sindical Socialista (ASS) e ao Movimento por uma Tendência Socialista (MTS, ligado ao PSTU). O outro foi o 5º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT organizado pela Articulação Sindical. Neste Congresso, será ratificada a formação do sindicato nacional dos metalúrgicos da CUT. Como podemos perceber a linha seguida hoje pelo PSTU e pelas esquerdas petistas reunidas na ASS, varia apenas de grau com a política reformista aplicada pela Articulação. Por isto consideramos esta divisão no movimento como um efeito da luta paralela de ambos blocos.

## Petroleiros fazem greve

Desde o dia 24/10, petroleiros de todo o País entraram em greve. A Petrobras pediu à Federação Única dos Petroleiros (FUP) a suspensão do movimento, propondo a retomada das negociações.

A empresa ofereceu 6% de reajuste — o INPC entre setembro/2000 e agosto/2001 foi de 7,31% — e antecipação de 1,5 salário. Os sindicalistas reivindicavam 81,3%, entre reposição salarial e aumento real.

A data-base dos petroleiros é 1º de setembro. Depois de algumas reuniões, a estatal ofereceu 5% de reajuste, passando depois para 6%.

## Greve diminui em 60% a produção de petróleo no País

Os petroleiros conseguiram interromper a maior parte da produção de petróleo no primeiro dia da greve 60% em relação ao dia anterior. A produção de gás caiu 34%. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) garantiu a distribuição de gás e demais derivados essenciais à população. O movimento atingiu nove das 11 refinarias no País — incluindo as quatro instaladas em São Paulo — e 37 das 38 plataformas na bacia de Campos. Os trabalhadores rejeitaram duas contrapropostas — 5% e 6% de reajuste na data-base (1º de setembro), além de antecipação de 1,5 salário. Eles lembram que o índice não cobre sequer a inflação do período (7,31%, pelo INPC-IBGE, ou 8,3%, pelo ICV-Dieese). Além disso, reivindicam reposição de perdas no Plano Real (42,58%) e produtividade (17,41%).

Outros itens da pauta são melhorias na área de segurança, com a introdução do direito de recusa, concurso público e fim da terceirização. A empresa concordou com algumas reivindicações, como o direito de recusa, que consiste na possibilidade do trabalhador suspender atividade em caso de risco grave, informando a ocorrência ao superior. Grevistas e PM entraram em confronto no 1º dia, na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro. Quatro manifestantes, entre eles o presidente do Sindicato dos Petroleiros local, Luiz Carlos Fonseca, chegaram a ser detidos.

As quatro refinarias em São Paulo foram atingidas pela greve: Refinaria do Platanal (Replan), em Paulínia; Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá, a Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, e a do Vale do Paraíba (Revap), em São José dos Campos. Também foram atingidos os terminais de Alemoa, São Sebastião, São Caetano, Guarulhos, Guararema e Barueri.

## Têxteis e Papel e Papelão

As indústrias têxteis e de papel e papelão querem tirar benefícios dos trabalhado-

res previstos em convenção coletiva e aplicar os percentuais de lei (menores) para horas extras e adicional noturno. Os têxteis recusaram reajuste de 3,6% e os operários da área de papel rejeitaram aumento de 6% ou 80% do INPC nas empresas com até 15 funcionários. Os sindicatos planejam organizar os 120 mil trabalhadores têxteis do Estado, ligados à Força Sindical, CUT e independentes, e os 40 mil funcionários do setor de papel para pressionar por outras propostas.

## Judiciário

Os servidores do judiciário paulista iniciaram a paralisação em 27 de agosto reivindicando 54,31% de reposição salarial. No 17/10, a direção tentou aprovar a redução do índice de reivindicação para 24%, mas não conseguiu. A primeira e única proposta do TJ previa a concessão de gratificação linear no valor de R\$ 150 para os 51 mil servidores ativos e inativos da Justiça, a partir de janeiro de 2002.

O estopim, que resultou na suspensão das negociações, foi a proposta orçamentária enviada pelo Executivo para a Assembleia Legislativa, que prevê um corte de R\$ 627 milhões de verba do Judiciário para 2002. Segundo a comissão de negociação, a redução do orçamento impossibilitaria a concessão de qualquer tipo de reajuste salarial e seria insuficiente para cobrir a folha de pagamento da categoria.

Depois disso apesar de intensa mobilização da categoria, cerca de 80% de paralisação nada foi resolvido

## Universidades Federais

No dia 17, o Ministério da Educação apresentou proposta de aumentar em 30% o valor da Gratificação de Estímulo e Incentivo à Docência e contratar por concurso pelo regime jurídico único 2 mil professores com nomeação para janeiro do próximo ano. O governo alega que tem apenas R\$ 250 milhões e propõe um aumento de 30% na gratificação, que representaria em média 12% de reajuste salarial para a categoria.

No dia 20, a direção do sindicato dos servidores administrativos de universidades federais (FASUBRA) fechou um acordo com o Ministério da Educação. O MEC, segundo cronograma definido com os grevistas, deveria liberar ontem os recursos para pagamento dos salários de setembro que estavam retidos.

O impasse terminou porque a direção dos funcionários decidiu aceitar a proposta do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, de conceder incorporação integral da gratificação por atividade executiva (GAE) aos seus salários a partir do ano que vem. Segundo os termos do acordo haverá a liberação do pagamento e a assinatura,

em caráter preliminar, do termo de acordo e depois o governo enviará o plano de incorporação da gratificação ao Congresso Nacional. No acordo, os servidores conseguiram a incorporação total da gratificação, reajuste entre 8% e 23% e a promessa de que o ministério vai rever a proposta de terminar com o regime jurídico único e passar a contratar pela CLT. Na UFC o acordo com o SINTUFC foi fechado no dia 24, na UFRN o acordo com o SINTEST foi fechado no dia 25.

A saída da FASUBRA do movimento enfraqueceu a unidade grevista fazendo com que o movimento não avançasse. O governo só apresentou propostas aos grevistas a partir da radicalização e confronto de rua.

## Justiça Federal e Justiça do Trabalho

Servidores do Judiciário Federal realizaram protesto para lembrar o aniversário de um ano da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) reconhecendo o direito ao pagamento da correção salarial de 11,98% retroativo a março de 1994. Um bolo de 11,98 metros foi montado em frente ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo. A correção, determinada pela Justiça, ainda não foi paga integralmente por vários tribunais superiores e regionais.

Já os servidores da Justiça do Trabalho realizaram, no pátio do Fórum Autran Nunes (Centro paulista) uma manifestação em repúdio à proposta de reajuste de 3,5% do Governo Federal para trabalhadores do serviço público federal e contra o sucateamento dos órgãos da Justiça do Trabalho. Os trabalhadores têm perdas salariais de cerca de 75%, acumuladas desde dezembro de 1994, conforme estudo do Dieese, e denunciam falta de condições de trabalho devido aos sucessivos cortes no orçamento. A sede do Fórum, projetada para abrigar cinco varas, conta atualmente com 12, onde circulam diariamente cerca de 5 mil pessoas. Ao final do protesto, quando foi servido um café da manhã, os servidores voltaram aos postos de trabalho. "Não temos intenção de fazer uma greve, pois não queremos prejudicar quem já está em situação pior que a nossa", disse a presidente do Sindissétima.

É impressionante como as direções da justiça federal acreditam que oferecendo bolo e cafezinho poderão sensibilizar o governo. Somente com mobilizações massivas (greves, ocupações, bloqueios etc.) e a unidade em uma única luta contra o governo e suas reformas de fome podem satisfazer os interesses dos trabalhadores.

## Saúde

No dia 17 houve uma segunda rodada de negociação com representantes dos ser-

vidores da saúde, que estão em greve desde o dia 8 de agosto. De acordo com o comando de greve dos servidores da Saúde, a paralisação tem a adesão de 50% dos 160 mil trabalhadores no País.

### **Previdenciários**

Os previdenciários continuam em greve. Enquanto o governo oferece apenas 3,5% de reajuste salarial e aceita pagar correção de 3,17% em 2002, a categoria reivindica reposição de 75% acumulada nos últimos sete anos

### **Bancários**

Protesto de funcionários do Banco do Brasil no dia 17 atrasou o início do expediente no Complexo São João, no prédio da superintendência e no Cesec. Nos três locais trabalham 1.800 bancários.

Os funcionários do BB acumulam 57,57% de perdas salariais desde setembro de 1994 até agosto deste ano. Os bancários já rejeitaram proposta de abono de um salário bruto e cesta-alimentação de R\$ 80. Eles reclamam que o abono é um mecanismo de congelamento salarial, porque não é incorporado e não altera o salário-base do funcionalismo.

Os bancários realizaram paralisações de alerta em agências dos bancos HSBC Bamerindus e Unibanco em todo o País, por regiões com datas diferentes. Na capital paulista, a foram paralisadas as atividades em 50 agências do HSBC Bamerindus das zonas Leste e Sul. No Unibanco, os protestos envolveram os bancários de 30 agências do Centro. "A idéia, inicialmente, é parar essas agências das 7h ao meio-dia". Enquanto os 392 mil bancários reivindicam 20,46% de reajuste na data-base (1º de setembro), a Fenaban oferece apenas 4% de aumento. A direção dos bancários com a sua própria versão de greve pipoca não levarão os trabalhadores a lugar nenhum. A própria divisão da negociação entre os trabalhadores do BB e dos bancos privados é um sinal disto.

### **Sinte/RN chega a novo acordo com Estado**

A greve estadual que vinha sendo cogitada está descartada. Um dos itens que estavam gerando conflitos se refere ao repasse de 5% concedido para a passagem de uma letra para outra. O governo deveria repassar esses valores em duas etapas, mas não cumpriu nenhuma delas. Outro item diz respeito ao reajuste de 20% aos servidores, que seria pago no mês de setembro e que ainda não havia sido feito. No mesmo dia, o Secretário de Educação do Estado contactou o sindicato informando que o acordo estava mantido, diante da possibili-

dade da greve ser retomada, esclarecendo ainda que os contra-cheques de outubro já virão com os reajustes, incluindo os valores que ficaram faltando referentes ao mês de setembro.

### **Professores da Uern**

Os professores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) querem que o percentual de regência pago a eles pelo Estado fosse o mesmo concedido aos docentes do Ensino Fundamental e Médio.

O governo paga uma gratificação de 145% sobre o salário-base aos professores do Fundamental e Médio, enquanto que o percentual pago – também sobre o salário-base – dos universitários, é de apenas 40%.

Mas os professores aceitaram proposta do reitor de receber um reajuste de 20% em cima do salário-base, abriram mão dos 15% da Gratificação de Valorização Universitária (GVU, uma das promessas feitas aos trabalhadores para que terminassem a greve do início do ano), também terão direito a um aumento de 20% sobre o adicional de incentivo à atividade de nível superior, que passou de 40% para 60%. Este acordo fechado ainda deve passar pelo crivo do governador.

### **Construção Civil Mossoró**

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Construção e Imobiliária de Mossoró (SINTRACOMM), acusou a Multi Empreendimentos, responsável pela construção do teatro municipal de descumprir vários acordos. Durante o feriado estipulado pelo governo federal para reduzir o consumo de energia no Nordeste, foi constatado que todas as obras da Multi estavam sendo executadas. Os operários foram ameaçados de que se eles não comparecessem às obras no feriado, eles seriam demitidos.

### **Petroleiros RN**

No Rio Grande do Norte houve no primeiro dia paralisação de 80% da categoria e redução de 30% na produção. Os operários da Petrobras realizam assembléia em frente à sede da empresa, em Natal, na Cidade da Esperança. A categoria quer aumento salarial de 8,30%, 17,47% de produtividade e 42% de perdas provocadas pelo Plano Real. O diretor do Sindicato dos Petroleiros do RN (Sindpetro), disse que a intenção é paralisar as áreas de produção de gás e petróleo de Alto do Rodrigues e Mossoró e do pólo industrial de Guararés. Mas, devem permanecer nas áreas produtivas 30% do pessoal, acatando a lei de greve. No primeiro dia, em frente à sede da empresa, em Mossoró, mais de 200 funcionários participaram de piquetes. O RN produz 92 mil barris de petróleo por dia e a Petrobras tem 1.700 trabalhadores, no RN, nas áreas administrativa e de produção, incluindo a plata-

forma continental marítima do Ceará. São 1.800 trabalhadores.

### **Professores Municipais de Currais Novos**

No dia 24, o prefeito de Currais Novos suspendeu o pagamento dos professores do município, que estão em greve. Sem receber reajuste há sete anos, os professores paralisaram suas atividades desde o dia 13 de agosto e reivindicam incorporação do abono no salário (que hoje é de 40% sobre o salário base), reajuste salarial de 67%, reformulação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do magistério, melhoria na qualidade do ensino (falta equipamento, material didático e condições de trabalho). Apesar da diretoria estadual do Sinte/RN dizer que dá total apoio e solidariedade ao movimento grevista de Currais Novos, mantém o movimento isolado.

### **Greve do INSS /Ceará**

A greve dos funcionários do INSS iniciada no último dia 15 de agosto conta com adesão de 60% do pessoal da gerência executiva no Ceará. Os servidores do INSS reivindicam do governo federal a manutenção de gratificações e do Plano de Cargos, Carreiras e Salários que vem sendo ameaçado pelo sistema. Nacionalmente, a greve atinge até 96% da categoria. No dia 20/10, mais de cinquenta funcionários das agências do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de Fortaleza, Pacajus, Maracanaú, Maranguape e Juazeiro do Norte tomaram a sala da superintendência do órgão no Centro da cidade, a fim de tentar impedir que uma lista com o nome dos grevistas fosse enviada para o Ministério da Previdência e Assistência Social. Ao receber o pessoal do comando de greve, ficou acordado que se retardaria para a próxima semana o nome dos grevistas ao conhecimento do Ministério a Previdência e Assistência Social.

Pelo mesmo motivo, no dia 24 os servidores em greve ocuparam agência do INSS de Maranguape como forma de se contrapor a pressão que a direção local do INSS estava fazendo junto aos 13 funcionários do posto da cidade, de pedir a lista dos que aderiram a greve, para cortar o pagamento e fazer com que voltassem ao trabalho.

As pequenas manifestações pontuais estão sendo utilizadas para pressionar o governo a negociar. E, como vemos, não resolvem a questão. É necessário construir um amplo movimento nacional não só de servidores, mas de todos os explorados contra o governo, seu plano e suas reformas de fome. Temos que derrotar também as direções que se colocam por conter a luta com o pretexto de não enfraquecer a campanha presidencial do próximo ano.

**Na Volks:**

## Demissões, semana de 4 dias e corte de 20% nos salários

Os capitalistas das montadoras, particularmente da Volkswagen, continuam na ofensiva contra o emprego e o salário. Anunciaram um novo período de férias coletivas nas fábricas de São Bernardo e Taubaté. Os argumentos são sempre os mesmos: ajustar a produção ao mercado. Por detrás dessas medidas estão as demissões, a semana de 4 dias e o corte de 20% nos salários.

### A conduta da burocracia sindical

O sindicato metalúrgico e a CUT estão acuados em função de suas direções burocratizadas, que se mostram incapazes de organizar o enfrentamento dos operários contra o patronato. Usam de todos os artifícios para evitar a unidade grevista dos metalúrgicos. As assembleias permanecem por fábricas, a campanha das montadoras é separada das autopeças, as paralisações foram "pipocas" (por turno) e as operações tartarugas não estavam a serviço da organização da greve por tempo indeterminado.

As direções metalúrgicas se mostram temerárias diante do pacote dos empresários. Espalham que o momento não é favorável à greve em função dos altos estoques. De que não é necessário exigir um índice de reajuste salarial. E criam um clima no meio operário de que das

negociações podem brechar as demissões e a redução salarial. Com isso, vão agindo contra o instinto de luta da classe operária. Uma parte é ganha para as posições da direção e acaba aceitando a idéia de que não é possível derrotar os patrões.

Nas mesas de negociação, a burocracia troca a resistência da classe por alguma migalha, como o reajuste de acordo com a inflação. Os capitalistas dão a esmola do reajuste e exigem que a burocracia não mova uma palha contra as demissões e outras medidas.

### Uma campanha salarial pipoca divisionista

A direção pelega evitou aprovar um índice de campanha e fechou os olhos para a safra de demissões anunciada pelas montadoras. Distraiu o movimento com a bandeira de antecipação da data base. Resultado: aceitou o INPC de 7,5% que está abaixo do Índice do Custo de Vida (ICV), calculado em 9,5% pelo DIEESE.

Pior ainda: fechou o acordo com as montadoras enquanto o setor de autopeças continuava no impasse.

O divisionismo, o corporativismo e o manobristo pró-patronal caracterizam a direção do Sindicato dos Metalúrgicos da ABC. A greve pipoca só serviu para diminuir a resistência dos trabalhadores

ao arrocho e principalmente ao pacote de desemprego.

Agora, vem o pior. A Volks exige que os metalúrgicos engulam o pacote da semana de 4 horas com diminuição de 20% nos salários. Trata-se de um violento golpe.

### Nossa resposta ao problema

O primeiro passo é trabalhar pela unidade dos metalúrgicos: montadoras e autopeças. Organizar a greve unitária para enfrentar de conjunto as medidas patronais. Os empresários estão unidos para demitir, reduzir salários, terceirizar, manter o arrocho, impor a semana de 4 dias. Tudo isso para preservar seus lucros. Os operários não podem comparecer na disputa entre o capital e o trabalho de forma fragmentada, porque favorece a ação repressiva do patronato para quebrar o movimento.

O passo seguinte são as grandes manifestações de rua e as ocupações das fábricas. A ocupação das fábricas e o controle coletivo da produção, inclusive dos estoques, ameaçam o poder patronal. Os capitalistas temem a ação radicalizada da classe operária e, por isso, querem contar com a colaboração das direções sindicais para evitar esse extremo. Por sua vez, não há outra via para os metalúrgicos senão a luta coletiva para garantir o emprego e o salário.

**RN:**

## Números mostram população mais pobre e faminta

Não existem dados que demonstrem o número exato de famintos no Rio Grande do Norte. A exemplo do que acontece no Brasil, as estatísticas são baseadas no nível de rendimento das famílias, e os números do Estado não são nada animadores: 44,5% das famílias potiguares ganham menos de dois salários mínimos mensais e estão abaixo da linha de pobreza. Segundo a análise de especi-

alistas no assunto, mesmo para um estado pobre, esse número é considerado altíssimo.

Quando esses dados são analisados separadamente, por pessoa, o resultado é ainda mais assustador. Quase metade da população economicamente ativa do RN, 44,9% do total, ganham menos de 1 salário mínimo por mês. E 70,4% ganham até 2 mínimos - cerca de R\$ 360,00.

Apenas 1,6% têm uma renda maior que 20 salários. Apesar de não serem favoráveis, os números do Estado acompanham a média da região Nordeste, que é de 47,5% do total da PEA ganhando menos de um mínimo. Mesmo assim ficam muito distantes da média brasileira que é de 27,7%.

Outro dado importante é o número de famílias sem rendimentos no Estado.

Em 1995, esse percentual era de 3,5%. Em 1999, o número saltou para 4,5%, que equiivale a 32.514 famílias.

Boa parte da população ainda acha que o crescimento da pobreza está relacionado com as taxas de natalidade, quanto mais gente nasce, mais pobres se espalham pelo mundo. Para provar que isto é falso, basta dizer que nos últimos anos as taxas de natalidade vêm caindo e os índices relativos a pobreza estão aumentando".

As desigualdades sociais ainda são a causa principal da fome e da miséria, o desemprego, o confisco da renda pelos coronéis e a ausência de políticas sociais para as áreas rurais são os causadores imediatos dessa situação de pobreza.

### Êxodo rural gera o aumento da pobreza

O aumento da população que vive no limite entre a pobreza e a miséria no Rio Grande do Norte está ligado, prioritariamente ao fenômeno do êxodo rural, intensificado principalmente a partir de meados da década de 70.

O processo de decadência econômica do algodão ocorrido na década de 60 acabou "expulsando" os agricultores das áreas rurais. Eles então começaram a migrar para Natal de uma maneira progressiva e ininterrupta. Mas, a cidade não estava preparada para receber esse enorme contingente populacional vindo do campo, o que acabou resultando numa série de problemas estruturais.

As condições precárias de educação, saúde e moradia, além da falta de emprego são apenas alguns desses problemas. As migrações acarretam um aumento da miséria e da violência, além da criação de bolsões de pobreza nas áreas periféricas da cidade. Grandes levas de trabalhadores chegavam à cidade acalentando um sonho, que ia por água abaixo em dois tempos. A cada 10 migrantes que chegam a Natal, apenas um consegue emprego.

Apesar do êxodo rural no estado vir diminuindo nas últimas décadas, ele ainda existe e tem como causa principal a falta de políticas públicas de fixação no campo para os trabalhadores do interior

do Estado, é muito comum que indústrias sejam instaladas em locais próximos a Natal, como Macaíba e São Gonçalo do Amarante e isso atrai ainda mais migrantes para a capital.

Uma das soluções apontadas seria a instalação dessas indústrias distribuída igualmente, inclusive no interior do Estado, o impacto de uma indústria para a economia de cidades de médio porte seria imenso, e isso só traria benefícios para os trabalhadores dessas áreas.

Mas dada a crise estrutural do capitalismo, não poderá haver este desenvolvimento harmonioso e equilibrado, mas um desenvolvimento desigual e combinado. Onde é necessário concentrar as forças em alguns pontos enquanto em outros existem ainda traços de formas de produção anteriores ao capitalismo

A crise obriga a quebra de forças produtivas, isto é quebra de indústrias, aumento do desemprego, aumento da miséria e da fome. E somente lutando por um outro sistema político, o Socialismo, poderemos realmente tirar esta triste visão de nossos olhos.

## Conflitos entre índios e latifundiários

Têm aumentado os conflitos em torno da terra. Na maioria dos Estados, a luta pela terra travada pelos índios não é de hoje. Os índios perderam suas terras e

se encontram encurralados nas reservas, vivendo na mais profunda miséria e continuam enfrentando a ofensiva dos latifundiários. As leis de desapropriação de terras em áreas indígenas protegem os latifundiários, que são indenizados pelas chamadas benfeitorias. Os fazendeiros (grileiros) exigem mais. Querem o pagamento pelo terra, no caso de serem retirados do local.

A defesa das nacionalidades indígenas pressupõe o direito à terra. O que esbarra nos interesses dos fazendeiros e de seus governos.

### Rondônia: acirram os conflitos

Os choques entre índios e garimpeiros/fazendeiros têm sido acirrados nesse Estado. O garimpo destrói a vida das populações indígenas, contaminando os rios e aniquilando a natureza. Os índios da reserva Roosevelt resistem à exploração dos garimpeiros e dos

fazendeiros. Isolados, estão sujeitos a toda sorte de repressão.

### Pataxós, na Bahia, ocupam fazendas

Em Rondônia, Mato Grosso do Sul e na Bahia, os índios têm resistido às invasões dos latifundiários. Na Bahia, os pataxós ocuparam mais de 40 fazendas. Os índios são reprimidos a bala por jagunços armados pelos fazendeiros.

### Defender a autodeterminação dos povos indígenas

Os reformistas lamentam as mortes indígenas e o confinamento nas reservas. São demagogos porque não vão às últimas conseqüências para resolver o problema. Aceitam até mesmo pagar indenização aos fazendeiros pela terra.

A luta dos indígenas pela terra é parte do direito a autodeterminação, pois se constituem povos oprimidos no interior do Estado burguês. As terras lhes pertencem e devem ter soberania sobre elas.

Adquira com o distribuidor deste jornal

A desintegração do capitalismo e o conteúdo da ofensiva imperialista  
As posições das correntes e partidos  
Manifestos do POR brasileiro, argentino e chileno

US AG

**Contra a guerra imperialista**

**Fora os EUA do Afeganistão!**

**Partido Operário Revolucionário**

# Congresso da Apeoesp aprova a linha política do PT/Articulação

Com a participação de 1919 delegados, com apenas meio período de reuniões em grupo e três plenárias deliberativas (com intervenções limitadas, chegando ao absurdo de restringir a um minuto a defesa de posição divergente), o Congresso de cinco dias referendou a política da diretoria. Não serviu para organizar os professores para responder aos ataques de destruição do ensino público. Sequer armou o magistério contra as demissões e o arrocho salarial de já dura 7 anos. A vitória da proporcionalidade para composição da diretoria foi uma vitória de píro. Dentre as resoluções aprovadas, destacamos aquelas que mostram bem o caráter pró-imperialista da burocracia sindical.

## Em relação à guerra imperialista sobre o Afeganistão

A resolução aprovada condena a ação terrorista, lamenta as mortes ocorridas, é contrária a guerra e defende a paz mundial. A burocracia condenou o ato terrorista com o argumento de que isso fortaleceu o governo Bush e aumentou a ofensiva repressiva no mundo todo. E como encaminhamento, defendeu um "dia estadual pela paz mundial e contra qualquer forma de violência", a ser organizado pela CUT.

Trata-se da defesa do pacifismo burguês diante da ação do imperialismo sobre a nação oprimida (Afeganistão). Ao condenar todo tipo de violência, a burocracia combate a violência revolucionária das massas empobrecidas contra as potências que sangram seus países. Ludibria os trabalhadores com a farsa da "paz mundial". Sob a égide do capitalismo, da opressão nacional e social, não é possível a paz. A maioria das nações e da população está sob o jugo do capital e sob o domínio dos países imperialistas. A paz só será alcançada quando se eliminar a exploração da minoria sobre a maioria, quando extinguir o regime de exploração do trabalho e a sociedade dividida em classes. O que implica na revolução proletária e na instauração do comunismo.

## Sobre a imposição da Alca pelos Estados Unidos

A diretoria se posicionou contrária à implantação da Alca com a justificativa de que "trará prejuízos aos trabalhadores e ao país em função da forma como os Estados Unidos pretendem sua organização e funcionamento". Ao mesmo tempo, fez considerações positivas ao Mercosul. Como campanha, aprovou uma Conferência Estadual sobre a Alca.

Não se trata de um problema de forma, organização e funcionamento. A formação do bloco econômico, envolvendo todas as Américas, é uma necessidade diante da crise mundial do capitalismo e da guerra comercial interimperialista. A luta contra a Alca não pode se dar defendendo o Mercosul. Tanto Alca como Mercosul são estratégicas imperialistas de opressão nacional e saque das economias semicolônias. Os trabalhadores devem levantar a verdadeira integração, que só pode se dar nos marcos de um novo modo de produção, o socialista. Para responder à imposição da Alca é necessário grandes manifestações de rua, greves e, portanto, do método da ação direta e não uma Conferência distracionista.

## A farsa eleitoralista

A resolução sobre "uma nova política nacional e internacional do Brasil" diz que os países como China, Índia, África do Sul e Brasil "poderiam desenvolver uma descentralização estratégica do poder mundial, com políticas de cooperação para construir um novo mundo". Isso só poderia ocorrer, segundo a burocracia, se não tivéssemos um "governo subserviente", pois haveria o fortalecimento do mercado interno, investimentos sociais, eliminação da fome e miséria de milhões e a reforma agrária. A cooperação e a paz no mundo seriam as metas desse agrupamento de países.

Essa é a maior enganação reformista. Os países que anunciam como potenciais da estratégia da cooperação e paz estão sob o domínio imperialista. Aplicam as diretrizes neoliberais do

FMI/Banco Mundial, que resultam em desnacionalização da economia, saque das riquezas e empobrecimento da maioria da população. Os governos, com diferenças de graus, cumprem as medidas imperialistas. Por isso, não há como fortalecer o mercado interno, realizar a reforma agrária, ampliar os recursos aos setores sociais etc sem romper com as amarras impostas pelas potências e as multinacionais. A luta antiimperialista e anticapitalista é uma necessidade histórica para pôr fim à existência de nações opressoras. Por detrás do palavreado reformista, a burocracia avança com a possibilidade de eleger um governo "não-subserviente" ao imperialismo.

## Diante da destruição do ensino público

A diretoria defendeu um plebiscito sobre as telessalas/ ensino supletivo, no momento em que o governo fecha salas do ensino médio e aumenta as de telessalas.

Essa é a maior prova de colaboração que uma burocracia sindical pode dar ao governo. Ao invés de organizar os alunos, pais e educadores contra a destruição do ensino público e a privatização, os burocratas resolvem fazer mais um plebiscito. Dos vários que já foram feitos, os resultados sempre são os mesmos: não servem para nada. O governo joga as pesquisas plebiscitárias no lixo e, o mais grave, desarma a resistência coletiva contra as telessalas.

Em relação ao fechamento de salas, superlotação, redução da grade curricular etc, a burocracia continuará com a farsa das caravanas à Assembléia Legislativa para endossar projetos de parlamentares. Os deputados, eventualmente, podem se posicionar favoráveis às reivindicações, mas acima deles está o veto do executivo. A luta parlamentar morre aí.

A direção da Apeoesp não se colocou contra o bônus. Com a conversa fiada de que "os professores não estão dispostos a rasgar dinheiro", defendeu a incorporação das gratificações e bônus. Ao contrário, de convocar assembléia para aprovar as reivindicações e organizar a ação grevista unitária com o funcionalis-

mo, deixa que o governo alimente a divisão na classe com o “bônus de mérito” (uns ganham outros não, onde o critério é o servilismo à direção da escola e “assiduidade”).

### **Proporcionalidade com corte às correntes políticas minoritárias**

A burocracia se colocou contra proporcionalidade. Pretendia retirar do estatuto a decisão já tomada no congresso anterior e acrescentar, nas disposições transitórias, uma convenção cutista para a formação de chapa para as eleições da Apeoesp. Nesse ponto, o PSTU, a Artnova, PCdoB estavam juntos com as demais correntes políticas em torno da proporcionalidade. Houve necessidade votação em urna, o que resultou em 956 votos favoráveis à proporcionalidade e 859 contra. A Articulação perdeu por 97 votos. Em seguida, chamou o PSTU, PCdoB e Artnova para conformar um bloco contra a proporcionalidade direta.

O pacote da Articulação incluía o critério de 20% caso houvesse duas chapas e 10% com três ou mais chapas. O PSTU que dizia defensor da direta se emblocou com os que eram contra a proporcionalidade. A Articulação, perdedora da primeira votação, se fortaleceu e, junto com o critério estabelecido, fez aprovar um conjunto de propostas contrárias à de-

mocracia operária (sindical).

### **O pacote da Articulação com o apoio do PSTU**

A burocracia não deixou por menos. Exigiu a ampliação da direção da Apeoesp. Ao invés de 113 exigiu 120 membros. O que por si só impede que correntes menores possam participar do processo eleitoral. Retirou do estatuto o congresso anual e aprovou que em ano de eleição sindical não há congresso. Defendeu a existência de assembleia no primeiro semestre de cada ano e que fizesse parte do estatuto. E, por fim ampliou um pouco mais o número de delegados ao Congresso e uma maior representação no Conselho Estadual da Apeoesp.

O PSTU cantou vitória desse acordo com a burocracia. Depois que trocou a proporcionalidade direta pelo corte de 20% e que aceitou o trem da alegria de 120 membros para a diretoria, as quirelas em relação ao número do congresso e CR não têm significado político para a classe. O PSTU tem responsabilidade nesse acordo que serviu para fortalecer a burocracia no arranhão que sofreu com a derrota da proporcionalidade. Não falamos do PCdoB porque há muito é aliado da Articulação e nem da Artnova, uma cisão que se processou em função unicamente do aparelho sindical.

### **Causa Operária desistiu da defesa de sua tese**

O PCO escreveu um tese eleitoreira, chamando “candidatura de classe dos trabalhadores, socialistas e independentes da burguesia” e contra a proporcionalidade, um dos pilares da democracia operária. Seus proponentes fugiram da defesa e abandonaram os grupos de debates e as plenárias. Os militantes fugiram do debate porque estavam obrigados a se emblocarem com a burocracia reformista, que também era contra a proporcionalidade.

### **A classe deve rejeitar as propostas aprovadas no congresso**

Nesse final de ano, o governo lançará novas medidas contra a escola pública, incentivo à privatização e de mais desemprego. As propostas aprovadas no congresso não ajudam a politização da classe e a resistência coletiva dos trabalhadores. A Corrente Proletária (tese 4) travou um duro combate contra as posições conciliadoras da burocracia sindical e contra o pacote assumido pelo PSTU. Porém, num congresso burocratizado e festivo, uma grande maioria de delegados está sob a orientação da diretoria. Esta anula a discussão política das divergências.

Chamamos os professores a romper com essa linha de conciliação e com esses acordos com a burocracia traidora. E se colocar no campo da democracia operária e do método da ação direta para

## **A derrota da municipalização depende da luta dos professores, alunos e trabalhadores**

O projeto de municipalização em Francisco Morato foi um golpe do prefeito e vereadores. Desde que assinaram às escondidas o convênio de municipalização, fogem da população como rato do gato.

A população é contra a municipalização porque sabe que esse é um dos passos para a destruição do ensino público: cobrança de taxas, demissões, contratações dos apadrinhados, rebaixamento salarial, aumento da exploração do trabalho, fechamento de escolas e superlotação das salas de aula.

Os prefeitos e vereadores são favoráveis à municipalização porque possibilita manusear o dinheiro do Fundef. Basta que lembremos as inúmeras denúncias de corrupção das prefeituras com as verbas do Fundef.

Não é por acaso que o prefeito e vereadores fogem da população como diabo da cruz. O exemplo do dia 17/10 é prova disso. Os vereadores anteciparam a reunião da Câmara quando souberam que a população iria até o local. Quando os manifestantes chegaram à Câmara, estava fechada. A passeata percorreu a cidade passando em frente às casas dos vereadores e do presidente da Câmara e não encontrou os golpistas.

A partir daí, foi aprovado um Comitê contra a municipalização e a coleta de assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular, que exige a revogação do convênio de municipalização do ensino fundamental. Marcou-se também um ato para o dia 31 de outubro.

Sabemos que o prefeito e seus aliados estão a serviço da implantação da reforma do ensino do governo/Banco Mundial. Esta prevê a transferência do sustento de todo o ensino fundamental para os municípios. E que somente uma forte mobilização de massa poderá barrá-la. Também sabemos que a coleta de assinaturas para o projeto de revogação da lei só terá sentido se for acompanhada de manifestações constantes da população e, particularmente, dos professores (que sentirão na pele o desemprego, a redução salarial e toda sorte de falcaturas) e alunos (que serão vítimas da destruição da escola pública). Por isso, é necessário fortalecer o Comitê e intensificar as manifestações contra os golpistas.



PUC/SP

# Academia não só revisiona o marxismo, como o nega e marginaliza

O que temos presenciado ultimamente na academia em relação às deformações ao marxismo, na área de humanas na PUC SP, é algo que deixaria o estalinismo no chinelo.

Na última sexta-feira (dia 19 de Outubro) vimos para que servem os adversários acadêmicos do marxismo. Foi sugerido para um certo seminário numa disciplina de História, o seguinte tema: o conceito de classe nas obras de Hobsbawn e Thompson e quem sabe relacionar com Marx. Chega o dia do seminário, os 05 componentes iniciam colocando que encontraram no Manifesto Comunista, passagens que situam classe, e que Marx e Engels já conceitua classe como lei geral (econômica), considerando o lugar que ela ocupa nas relações de produção. Mas isto não é conveniente para os propósitos do caro professor, que interrompe o seminário e desloca a discussão...trilhando um caminho estranho a respeito de classe que perpassa pelo desnorreamento da sua luta, hoje...(..).

Enfim, dizer que a classe operária está desnorteada, que está desorganizada e não explicar para seus alunos o porquê desta classe operária estar sem mobilização; quais as verdadeiras raízes do problema etc., é desprezar o seu papel de mestre e homem da ciência, sob uma posição de esquerda

como se acusa.

Lênin já conhecia esse tipo de gente, que usa de sua posição de mestre para espalhar suas deformações ao marxismo:

“Um conhecido adágio diz que se os axiomas geométricos chocassem com os interesses dos homens, certamente se tentaria refutá-los. As teorias das ciências naturais que se opunham aos velhos preconceitos da teologia provocaram e continuam a provocar até hoje a mais furiosa luta. Não é de estranhar, portanto, que a doutrina de MARX, que serve diretamente para educar e organizar a classe de vanguarda da sociedade moderna, que indica as tarefas dessa classe e demonstra a substituição inevitável – em virtude do desenvolvimento econômico – do atual regime por uma nova ordem de coisas, não é de estranhar que essa doutrina tenha tido de conquistar pela luta cada passo no caminho da vida(...).”

Lênin vai afirmar mais à frente que é inútil falar da ciência e da filosofia burguesas, pois são ensinadas burocraticamente pelos professores-revisionistas e deformadores do marxismo (intencionalmente) para promover uma ignorância política nas novas gerações de estudantes. Isto significa amestrá-los. O que a academia (e quase toda a educação) faz hoje conosco é um “amestramen-

to” pedagógico para não distinguirmos quem é nosso inimigo real.

Estes revisionistas-deformadores chegam acusar Marx, em sala de aula, de ser genérico; que Marx não formulou um conceito sobre classe ou consciência de classe, baseando-se em leituras de anti-marxistas como Hobsbawn e Thompson. Direciona e nega a possibilidade de despertar o senso crítico dos alunos; mostra que o aluno não pode contrariar o mestre.

Esses jovens homens da ciência não querem nem ouvir falar de marxismo, declarando-o ultrapassado e destruído; fazendo carreira acadêmica refutando o comunismo como os velhos decrépitos-guardiães dos legados de toda espécie contra MARX.

Colegas alunos, devemos entender que é necessário a defesa da crítica. E onde não há liberdade de pensamento, não há como construir crítica.

- Queremos um curso científico, que significa basear-se no materialismo histórico;

- Queremos um curso crítico como cabe à História;

- Queremos liberdade para pesquisarmos coisas que nos interessem, como historiadores.

Qualquer coisa que negue ou reprima esses norteadores, está negando a educação.

## Movimento Estudantil

# Repressão avança na USP

A reitoria ordenou a abertura de processo administrativo contra 7 estudantes que participaram do ato contra a regulamentação das fundações na USP. Chegou uma notificação de Inquérito Policial a estudantes moradores do Crusp que participaram da ocupação do bandeirão durante a greve de 2000. O Conselho Universitário aprovou uma

resolução que proíbe manifestações que atrapalhem a eleição de reitor dia 09/11, sob pena de graves punições disciplinares.

O ascenso repressivo na USP é uma necessidade da burocracia universitária, que para aplicar a política governamental de destruição e privatização da universidade tem de recorrer a métodos repres-

sivos.

A resposta do movimento estudantil tem de ser firme: ou se contrapõe à chantagem da proibição da reitoria ou a repressão aumentará.

A tarefa é: levar milhares de estudantes à manifestação do dia 09/11, para inviabilizar a eleição indireta de reitor e dar um basta à repressão aos estudantes.

## Eleições do DCE-USP

Nos dias 03 e 04 de outubro, aconteceram as eleições para o DCE-USP. Cinco chapas concorriam: Redemunho (situação, continuidade da "Gota D'Água", ligada a parlamentares do PT); Ya Basta (oposição, situação de 1998 a 2000, encabeçada pela corrente Força Socialista do PT, com apoio do grupo MLS, recém rompido com o PSTU, e do Socialismo Revolucionário); Construção (PCdoB); AJR - Muda DCE (PCO); e Poder Estudantil, organizado pela Corrente Proletária Estudantil.

Pela primeira vez, a CPE organizou uma chapa ao DCE USP e assim apresentou um programa revolucionário a ser debatido durante as eleições, constituindo um ponto de partida para construir uma nova direção para o movimento estudantil na USP. Um programa que aponta a estratégia da revolução proletária, a tática da ação direta e da frente única antiimperialista, o combate ao eleitoralismo e reformismo, a luta nacional pela derrubada integral do plano antinacional e antipopular de FHC, a defesa da democracia estudantil, a bandeira do ensino público e gratuito, laico, único e vinculado à produção social, a defesa da estatização da rede particular para garantir as vagas para todos, da real autonomia universitária, o combate às fundações, a posição revolucionária diante da guerra imperialista, o apoio à greve das federais, a defesa das reivindicações estudantis (vide Massas 225).

Baseado nesse programa, mas com organização basicamente apenas em um curso da USP, teve uma votação geral pequena, mas venceu as eleições no curso em que fez boa campanha (Letras).

### Vitória da política de conciliação

A maioria das urnas deu a vitória à situação (Redemunho), que se organizou ao redor de todo tipo de preconceito antipartidário e tem como política o reformismo conciliador com a burocracia universitária. Reproduzimos abaixo trecho da carta programa da chapa Poder Estudantil, que caracteriza as principais chapas que disputaram a eleição:

"A direção do DCE constituída é próxima politicamente da Adusp e está ligada a parlamentares e figuras do PT, apesar de não estar organizada ou dirigida diretamente pela corrente Articulação Estudantil.

Na calourada, a direção elaborou um projeto submetido às determinações da reitoria, financiado por ela e por recursos privados e que não teve nenhuma independência ou fisionomia próprias. Enviou uma carta aos calouros, que passou antes pelas mãos da burocracia da Fuvest, apresentando a USP como uma espécie de "país das maravilhas" e papagaiando o chamado da reitoria contra a bebida alcoólica.

As posições da atual direção se manifestaram claramente no IV Congresso da USP. A redução da participação de representantes de estudantes por unidade, por mecanismo matemático confuso, visou à redução do número total de estudantes no Congresso, de forma a atender às exigências da Adusp de paridade. Ao invés de estimular a participação dos estudantes, a direção do DCE atuou para restringi-la, a serviço da colaboração com a direção sindical conciliadora com a reitoria. O que vimos no Congresso foi o absurdo da delegação burocrática da Adusp, com uma presença média de 15 membros em plenária, ter o mesmo peso nas votações de delegações de mais de 100 alunos ou cerca de 200 funcionários. Dessa forma, a direção da Adusp pôde atuar como uma espécie de "poder moderador"

no Congresso, para evitar a aprovação de algumas propostas consideradas "radicais", tendo a colaboração da Gota D'Água. Ao fazer um Congresso desvinculado das lutas da comunidade, deu-lhe um caráter diletante que acabou esvaziando-o.

A luta contra as fundações foi limitada pela posição confusa e ambígua da direção do DCE. Nos Conselhos de Centros Acadêmicos, nunca se opôs à defesa do Fim das Fundações, pelo seu caráter de privatização da universidade pública. Nas suas declarações públicas, no entanto, se refere à defesa da "transparência das fundações", como se o problema fosse apenas a falta de controle sobre elas, ou a sua corrupção e desvirtuamento.

A campanha pela mobilização para impedir a votação nos dois momentos em que ela se colocou no CO foi ínfima. Foi pior no segundo momento, pois não convocou a assembléia de 21/08, havia deliberação dessa assembléia geral de realizar no dia 30/08 a passagem nas salas de aula de toda a universidade para debater as fundações e chamar para a manifestação do dia 04/09, e não foi cumprida. O boicote às decisões coletivas atenta contra a democracia estudantil e inviabiliza a mobilização.

Mas a direção foi além: enquanto o reitor tentava votar o ponto no CO, o DCE tentou levar a discussão das fundações para a Assembléia Legislativa de São Paulo, para o parlamento apodrecido e comprado pelo poder econômico, para que este decidisse sobre a questão. Isto sem essa proposta ter sido aprovada em qualquer fórum geral, sequer foi apresentada e discutida em CCA ou Assembléia.

Se a realização de seminários poderia ser um aspecto positivo da atual gestão, ela se torna em negativo, porque sua realização tem se dado em oposição à mobilização. Basta ver que, no dia 30/08, quando deveria haver uma campanha nas salas de aula em defesa da manifestação contra as fundações, o DCE realizava o seminário da formação de professores, que poderia ter sido adiado por uma razão bem razoável: impedir a aprovação do mecanismo de privatização da USP (fundações).

Esses fatos todos mostram que a atual direção não constitui um impulsionador da luta, e sim um freio. E a raiz dessa característica está na sua política, influenciada pelo reformismo petista e assentada num conjunto de preconceitos pequeno-burgueses contra as idéias marxistas ou semelhantes a elas. Essas idéias se expressam em formulações como "pedir o que é possível (dentro dos limites do atual orçamento)", "obter ganhos no interior dos colegiados" (gabinetes da burocracia universitária), "discutir, discutir, discutir" (sem ação), "contra as palavras de ordem", "os estudantes não estão preparados" (culpa a base), "controlar o ensino privado" (não estatizá-lo) e assim por diante. O que está por trás desses preconceitos é a política reformista, que se propõe a "melhorar o capitalismo", por meio da atuação parlamentar e eleitoral, e não a luta pelas reivindicações como parte da luta revolucionária pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Segundo essa visão, a educação pública só será defendida num governo democrático e popular, eleito com apoio de uma boa parte dos grupos capitalistas. Enquanto não vem a vitória nas urnas, dizem que é preciso pedir o possível, ou seja, dentro dos limites que os capitalistas e seus governos impõem à universidade. Por isso não são capazes de defender com firmeza as reais necessidades estudantis, nem mobilizar para o confronto com o Estado.

### A chamada oposição não é alternativa

Se a direção mostra a incapacidade para colocar o DCE

como instrumento da mobilização pelas reivindicações, a chamada oposição (Força Socialista / PSTU) também não constitui alternativa real de mudança. Nas últimas eleições, tentou vencer a Gota D'Água com um programa tão tímido que se colocava recuado em relação ao da própria Gota D'Água. Pretendia com isso disputar votos de setores conservadores dos estudantes. Daí que sequer ao nível formal fez a defesa do socialismo, da democracia estudantil, assembleias gerais, independência ou mobilização. O problema é que essa "oposição" diverge essencialmente na tática com a atual direção. Também formula a solução da crise da educação em termos de eleição de um governo democrático e popular (dos trabalhadores, no caso do PSTU), e não pela ação direta. Quando esta aparece em suas formulações, é para fortalecer a via eleitoral.

Consequência desse objetivo estratégico são suas posições na universidade: não defendem a estatização de toda a rede particular sob controle da comunidade universitária; combatem o voto universal e apregoam a chamada "paridade" nos colegiados e eleições de diretor e reitor, que implica em dividir o poder na universidade com a burocracia que a governa atualmente; rechaçam a soberania da assembleia geral universitária (alunos, professores e funcionários); falam em revolução e socialismo apenas nas reuniões e no pé do ouvido da militância, mas negam a revolução e o socialismo na frente dos alunos; criticam as fundações mas não propõem a expulsão das atuais e a gratuidade de todos os cursos chamados de "extensão" da universidade, e assim por diante.

Grave foi o fato de terem boicotado a resolução da assembleia de 21/08 de passar nas salas de aula convocando a manifestação do dia 04/09 (votação das fundações), que havia sido defendida pela própria Força Socialista em assembleia da USP, contra a proposta do DCE de limitar a preparação a um ato de figurões. O receio de "se queimar" diante de um setor de alunos de alguma forma favoráveis às fundações e perder votos com isso não poderia jamais motivar o boicote à proposta que eles mesmos defenderam e aprovaram na assembleia.

Assim, não é de estranhar que não tenham chamado reuniões abertas para a formação da chapa ao DCE. Quando os interesses pelo aparelho se impõem e norteiam as atitudes políticas, a formação da chapa não pode ser feita publicamente. Ao invés de se discutir um programa e essas idéias serem elementos de seleção natural na formação da chapa, a partir do acordo com este programa e da prática em sua defesa, a chapa é montada a partir da inclusão e exclusão arbitrária: este pode, este não pode; dois pra essa unidade, três pra aquela; cinco pra esta corrente, três pro outro grupo; cinco pra unidade que tem voto, um pra aquela que não tem. Ao invés de se chamar uma convenção democrática, faz-se reuniões às escondidas. E o programa? deixam-no pra depois, tem de servir para ganhar voto, e não para expressar a unidade de propostas daqueles que defendem a chapa."

### A falência do PCdoB e o retrocesso do PCO

O estalinismo montou uma chapa e jogou alguma força de aparato para disputar as eleições. Material e camisetas em cores, faixas de plástico, dezenas de "apoiadores" contratados não foram suficientes para obter pouco mais de 7% dos votos. A falência do estalinismo na USP não pode ser resolvida apenas pela força de aparelho.

O PCO, que no ano passado chegou a eleger um membro para o Conselho Universitário, com cerca de 500 votos, recuou

para pouco mais de 100 votos. Aprendiz do PCdoB no uso do aparato existista nas eleições, tropeçou e dificilmente voltará a se levantar.

### Uma eleição fura-greves

No primeiro dia da eleição, ocorria simultaneamente a paralisação estadual de professores e funcionários. A direção do DCE sabia dessa paralisação desde a semana anterior. No entanto, não convocou um Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) para tentar adiar a eleição. Pior ainda: na Comissão Eleitoral, votou contra o adiamento, que perdeu por 3 votos a 2.

A realização de eleições durante a paralisação se coloca objetivamente em contradição com esta. Foram eleições "fura-greve", em que as unidades menos mobilizadas, que furaram a greve, ofereceram maior possibilidade de participação aos estudantes, enquanto as unidades mais mobilizadas, que paralisaram as aulas, tiveram reduzida votação nesse dia. Além disso, a abertura de urna em uma unidade em greve, esvaziada, cria grandes suspeitas de fraude na eleição.

Por isso, a CPE propôs não abrir a urna no prédio da Letras (parado) e ao CCA de posse a anulação da votação e realização de nova coleta de votos, para corrigir o erro de furar a greve. A chamada oposição (Força Socialista) votou junto com a direção do DCE pela manutenção da votação fura-greve.

### Por uma nova direção

A chapa Poder Estudantil teve votos em quase todas as unidades, apesar de não ter feito campanha, sendo a segunda mais votada em algumas delas. A tarefa agora é a organização de uma oposição revolucionária à atual gestão do DCE, que vá se construindo a partir das salas de aula e das mobilizações, a fim de se tornar efetivamente uma alternativa de direção, que coloque o movimento estudantil no caminho da luta revolucionária do proletariado pelo socialismo.

### Resultado da eleição:

#### Geral:

Chapa	DCE	RD
Redemunho	2381	2211
Ya Basta	1379	1192
Construção	419	326
Poder Estudantil	181	132
AJR Muda DCE	115	132
Branços	104	221
Nulos	264	4339

#### Letras:

Chapa	DCE	RD
Redemunho	53	57
Ya Basta	37	37
Construção	10	9
Poder Estudantil	68	65
AJR Muda DCE	18	12
Branços	9	7
Nulos	9	6

Reproduzimos abaixo boletim da CPE, que teve sua proposta de indicar a inviabilização da eleição indireta e sua moção contra a guerra (com dois adendos: acrescentar as tropas aliadas aos EUA que estão no Afeganistão e corrigir a região geográfica: Ásia central) aprovadas na assembléia de estudantes da USP

## À Assembléia Geral de Estudantes da USP de 22/10/2001

Esta assembléia ocorre sem que tenha havido o mínimo empenho da diretoria do DCE-USP (gestão *Redemunho*, pós-*Gota D'Água*) em convocá-la. A falta de convocação impede que a maioria dos estudantes sequer saiba de sua realização.

Ninguém pode dizer que o assunto a ser debatido não tenha importância: a eleição do reitor da USP atingirá diretamente os interesses gerais e imediatos dos estudantes e de toda a comunidade universitária.

Por que então não se empenhar em convocá-la? Resposta: não se deu prioridade a essa tarefa. Qual, então, foi a prioridade? Resposta: plebiscito do IV Congresso e eleição paralela de reitor.

### Por que o plebiscito e a eleição tiveram baixa votação?

Em primeiro lugar porque não houve boa campanha em favor dessas atividades. Mas essa conclusão é consequência de:

a) a comissão organizadora do IV Congresso decidiu, sob o pretexto de assembléias de professores e funcionários com algumas dezenas de presentes, **anular as resoluções da plenária final do IV Congresso** e dos grupos de discussão que envolveram centenas de pessoas. A plenária final, que não tinha quórum, decidiu encaminhar **todas as propostas** feitas nos grupos ao plebiscito. Mas a comissão decidiu fazer um **"enxugamento"**. Ao dizer o que deveria e o que não deveria ir ao plebiscito, **matou o debate democrático** ao redor das propostas. Quem fosse ao plebiscito iria, na prática, apenas referendar o que a comissão (minoritária em relação à plenária do IV Congresso) decidiu. Que motivação para o plebiscito poderia haver, diante desse arbitrarismo da comissão, encabeçado pela Adusp? Ao contrário, a votação de todas as propostas feitas permitiria que seus proponentes se colocassem em campanha para aprová-las no plebiscito.

b) A **eleição paralela foi transformada numa consulta para indicar o voto dos representantes de estudantes, professores e funcionários no colégio eleitoral da eleição indireta da reitoria**. Alguns grupos se reuniram e decidiram lançar uma candidatura e

um programa alternativo aos candidatos da burocracia universitária. Foram eles: grupo Participação, que dirige a Adusp; Gota D'Água, direção do DCE; Força Socialista, ex-direção do DCE (1998-2000). Poderiam perguntar: e qual o problema de lançar uma candidatura? Em si, nenhum. O problema é que essa candidatura **não nasceu de uma campanha em favor das diretas para reitor, nem de assembléias dos três setores, enfim, não é produto de um movimento** pela democracia na universidade, e sim de um acordo de cúpula. Um movimento pelas diretas para reitor, baseado em assembléias e manifestações, poderia indicar um candidato e um programa para reitor, ou não, poderia indicar uma candidatura simbólica (Alexandre Vannuchi Leme foi indicado em 1997) ou até o voto nulo. Mas seria **resultado de uma luta** contra as eleições indiretas e manipuladas pelo governo. Da forma como foi feito, o lançamento da candidatura Borin enterrou a campanha pelas diretas e apontou apenas para a intervenção no colégio eleitoral da reitoria.

### O que fazer? Inviabilizar a eleição indireta!

No último CCA, criticamos as atitudes do DCE e de outros grupos de se submeter às eleições indiretas e não colocar em prática as resoluções do VI Congresso de Estudantes e IV Congresso da USP, que colocavam a campanha por eleição direta para reitor. Venceu a política da Adusp, que desde a greve do ano passado já dizia claramente que pretendia um IV Congresso para indicar uma candidatura e um programa a se submeterem ao colégio eleitoral da reitoria.

Nossa proposta: **inviabilizar a eleição indireta** com uma grande manifestação que cerque a reitoria e impeça a votação.

Dois dias após, o Conselho Universitário aprovou uma resolução com graves punições a todos os membros da comunidade universitária que tentem impedir ou atrapalhem de alguma forma a eleição indireta do reitor. Coincidência? Só para quem acredita em Papai Noel! A reitoria e sua burocracia já experimenta-

ram a pressão dos estudantes quando da votação da regulamentação das fundações, e teme nava vitória dos estudantes pela mobilização.

Diante da ausência de campanha pelas diretas, resta ainda a possibilidade de inviabilização da eleição indireta. Para isso, é preciso organizar uma campanha com faixas, cartazes, pixações, boletins etc., que convoque a comunidade a **dar um basta neste método cavernário de eleição de reitor** e abra caminho para a democratização da universidade, que é parte da luta para defendê-la contra o sucateamento e a privatização impostos pela política econômica governamental, ditada pelos organismos internacionais.

Que a se convoque uma nova assembléia estudantil, com ampla divulgação, para organizar essa luta.

Que o DCE se coloque por uma grande manifestação no dia 07/11, que impeça a continuidade do autoritarismo instituído pelos governos militares e abra caminho para a democratização da universidade.

**Por uma assembléia geral universitária (estudantes, professores e funcionários) para organizar essa luta.**

Contra a guerra imperialista, fora os EUA do Afeganistão

### Proposta de resolução:

Os estudantes da USP, reunidos em assembléia no dia 22/10/2001, manifestam seu repúdio ao massacre que promovem as forças militares dos EUA neste momento ao povo do Afeganistão. Os atentados terroristas do dia 11/09, sem nenhuma comprovação de responsáveis até o momento, são resultado do intervencionismo econômico e militar ianque em todas as partes do mundo, esse sim o verdadeiro culpado. Nós, que também somos vítimas das consequências nefastas da política neoliberal ditada pelos organismos internacionais manipulados por Washington, nos colocamos ao lado da nação oprimida contra a nação opressora, e exigimos a retirada imediata das tropas ianques do Oriente Médio.

## Judiciários/SP:

# A única saída é radicalizar a greve e unificar os movimentos grevistas

A greve dos judiciários do Estado de São Paulo já ultrapassou dois meses e até agora os trabalhadores não conseguiram impor ao Tribunal de Justiça o atendimento de suas reivindicações. A intransigência deste poder se explica pelo fato de estar obrigado a seguir a política de retirada de conquistas trabalhistas e de arrocho salarial do governo e do FMI, expressa na Lei de Responsabilidade Fiscal e materializada na aplicação da Reforma Administrativa em curso em todo o conjunto do funcionalismo público. Esta política objetiva centralizar as verbas para garantir o pagamento das dívidas internas e externas. É por isso que a cúpula do poder judiciário se mantém inflexível e joga duro com o movimento. Por outro lado, a comissão de negociação, constituída em sua maioria por associações pelegas, não pode se impor ao patrão enquanto representantes dos interesses dos servidores, uma vez que se formaram com o aval e incentivos do próprio TJ e se encontram completamente atreladas ao Estado burguês. Ou seja, as associações que dirigem o movimento não estão comprometidas com os interesses dos trabalhadores. A prova disto é que não querem direcionar o movimento para a via da ação direta e tão pouco procuram a unidade grevista do funcionalismo. Esta situação também reflete a posição do movimento em acreditar no legalismo (liminares, mandados de segurança etc) e principalmente nas promessas da presidência do TJ, que procura jogar com o tempo para esvaziar o movimento. Apesar disto, a greve mantém forte adesão e já alcançou um alto grau de radicalização, com assembleias massivas, passeatas, fechamento de ruas e avenidas, passando, inclusive, por cima da vontade da direção, porém ainda não foi suficiente para dobrar o patrão. Para isto é preciso que os trabalhadores ultrapassem os limites da política do legalismo e do pacifismo impulsionada pelas direções pelegas, impondo a radicalização, avançando nos métodos de luta de forma a projetar a greve para o conjunto do funcionalismo público e demais trabalhadores. Só a greve simplesmente, com caráter festivo, eleitoral e isolada não basta para arrancar as reivindicações. É preciso ocupar prédios públicos, fechar avenidas, etc e passar por cima das direções vendidas e comprometidas com a burguesia e seu Estado.

Além disto é preciso buscar a luta unitária do funcionalismo como instrumento que permitirá pôr abaixo a reforma administrativa e a política de fome e miséria do governo, com atos e assembleias unitárias, pautas de reivindicações conjuntas etc.

## **A GREVE NÃO PODE SER USADA COMO ELEMENTO DE BARGANHA E DISPUTA ELEITOREIRA PELA CÚPULA DO TRIBUNAL**

Desde o início da greve, a magistratura está tentando usar o movimento para obter verbas junto ao governo. Por outro lado, procura resolver suas disputas internas eleitoreiras em torno do aparelho da máquina burocrática do poder judiciário. As frações que disputam este poder não atenderão minimamente as reivindicações dos trabalhadores, pois seus interesses de cúpula são diversos destes e não se confundem. Tão logo obtenham êxito em suas objetivos se colocarão por aplicar a política do governo de esmagamento das condições de vida dos trabalhadores.

## **Direção se mostra traidora ao rebaixar índice de reposição e ao tentar acabar com a greve**

A direção do movimento se mostrou traidora ao oferecer ao patrão um índice menor que o reivindicado às costas dos trabalhadores sem a aprovação da assembleia. A prova disto foi um documento assinado pela maioria da comissão de negociação rebaixando de 54,31% para 24,83% o índice da reivindicação salarial. O rebaixamento da reposição foi uma amostra de que a direção não confia na força da greve e que, portanto, não está a altura de arrancar do patrão as reivindicações da categoria. Apesar da direção do movimento comparecer de joelhos perante a cúpula do TJ, esta se manteve intransigente em não conceder nada. Diante desta situação as associações se viram obrigadas a reafirmar o índice inicial na última assembleia, como forma de escamotear a traição. Antes disto tentaram abertamente pôr fim à greve, dizendo na reunião do comando de greve que o presidente do tribunal estava inflexível, que ele não mudaria de posição, que a categoria estava cansada e que era melhor voltar ao trabalho apenas com a proposta de promessa de uma abono miserável para o ano que vem. Esta posição também traidora foi rechaçada pelos trabalhadores que decidiram manter a greve. Ao não conseguirem seu intento, os pelegos agora mudaram de posição. Ou seja, se antes defenderam abertamente na reunião do comando o fim da greve e não conseguiram, é bem provável que agora passem a jogar no esvaziamento do movimento. O resultado desta mudança de atitude já se refletiu na última assembleia, onde não se tirou nada de concreto para impulsionar a greve. Ao contrário, retomou-se o caráter festivo e disciplinado, característico dos primeiros dias de paralisação.

## 84 anos da Revolução Russa

# O caráter imperialista da 1ª Guerra Mundial

Os anos que antecederam a 1ª Guerra Mundial estão marcados pelos conflitos entre as potências industrializadas. A Alemanha, após a unificação, e se aproveitando das enormes fontes de matérias-primas (carvão, ferro) da região da Alsácia-Lorena, anexada após a guerra com a França (1871), se desenvolveu ao ponto de ameaçar o poderio da Inglaterra. Pressionava os ingleses e franceses por uma nova divisão colonial (final do século XIX - início da fase imperialista). As necessidades de matérias-primas, mão-de-obra barata e mercados consumidores eram as raízes dos choques entre as potências nas regiões da África e Ásia. As tentativas para a chamada "convivência" pacífica entre esses países não se sedimentavam, pois as contradições do sistema de produção impediam e impedem o "equilíbrio" e uma divisão harmônica do mundo entre as nações poderosas economicamente. O exemplo da Conferência de Berlim (1885) entre os governos dos países industrializados para definição de regras a serem seguidas por esses países, bem como as normas de boas relações, não saíram do papel. A via pacífica e diplomática de acomodar os interesses econômicos das potências europeias se mostraram completamente inúteis.

Os conflitos na África eram intensos. A Inglaterra pressionou a França para conseguir o controle do Canal de Suez. Através dele, a Inglaterra pôde exercer seu domínio sobre o Egito, anexar do Sudão à Somália (regiões africanas), chegar às Índias e usar o Mar Vermelho e Mediterrâneo para transportar mercadorias e matérias-primas locais. O acordo entre a França e Inglaterra para a obtenção do Canal resultou no apoio à ocupação francesa no Marrocos. A França exercia o domínio colonial em boa parte da África, Argélia, Tunísia, África Ocidental e Equatorial francesa etc. A descoberta das minas de ouro e de diamante no sul da África levou a Inglaterra à guerra contra os holandeses (Bóers), à imposição do controle inglês

nessa região e a instalação das grandes companhias mineradoras, a exemplo da British South Africa Company. A Alemanha iniciou tardiamente sua expansão colonial na África e se chocava com os franceses e ingleses. Essa luta expansionista dos capitais advindos das fronteiras nacionais das potências foi uma das raízes da guerra mundial.

Na Ásia, a situação era semelhante. A Índia estava sob a influência da Inglaterra, que investia nos latifúndios monocultores de algodão e juta, fundamentais para a indústria têxtil inglesa. Ocupou as regiões da Birmânia, Tibet, Ceilão e Paquistão. Declarou guerra à China em função do comércio do ópio, o que favoreceu os interesses capitalistas ingleses e a anexão de Hong-Kong. Na região do Oriente Médio, sob o império Turco-Otomano, a Inglaterra disputava influência na Pérsia, atual Irã, com o império russo em função da descoberta do petróleo em 1908. Os interesses alemães se rivalizavam com os dos ingleses no Golfo Pérsico, principalmente após a intenção dos alemães de construir a estrada de ferro Berlim-Bagda para atingirem a região petrolífera. Ficou evidente que um dos aspectos fundamentais das guerras foram as fontes de energia e riquezas minerais.

Na península balcânica, os conflitos entre as potências ocorriam por razões estratégicas. A ocupação da Bósnia e Herzegovina pelo império Austro-húngaro atingiu os interesses da Sérvia. Esta se incompatibilizava com o domínio do Império Otomano no sul da península. A Sérvia e a Romênia, diferente de outras nacionalidades balcânicas, já haviam conseguido sua independência e se encontravam ameaçadas de perdê-la. As potências ameaçavam a autodeterminação dos recentes Estados.

A disputa colonial foi acompanhada do crescimento da indústria bélica. A corrida armamentista era o mecanismo para assegurar a supremacia das potên-

cias. O armamentismo tomou conta dos Estados industrializados, utilizando o artifício da chamada "paz armada". Já no final do século XIX, conformavam-se os blocos políticos-militares. Em 1886, a Alemanha, Áustria-Hungria e Itália faziam parte da Tríplice Aliança. Em 1904, Inglaterra e França compunham o bloco da Entente Cordiale, que mais tarde recebeu adesão da Rússia e se formou a Tríplice Entente. A guerra entre as potências era inevitável.

O pretexto para o início da guerra foi o atentado terrorista ao herdeiro do trono da Áustria-Hungria, Francisco Ferdinando, na capital da Bósnia (Sarajevo). Nas regiões ocupadas pelos países imperialistas tinham crescido os movimentos nacionalistas terroristas. Na pensínsula balcânica, esses movimentos eram os da "sociedades secretas". O atentado levou a Áustria-Hungria a exigir o fim das "sociedades secretas" e uma comissão austro-húngara para investigar o crime. Como a Sérvia não se curvou, a Áustria-Hungria decretou guerra contra os sérvios, com o apoio da Alemanha. Por sua vez, a Rússia saiu em defesa da Sérvia. Como vemos, a guerra já estava sendo gestada a partir dos conflitos pela partilha das regiões coloniais e o atentado terrorista serviu de estopim.

A Rússia, que até a 1ª guerra mundial era uma monarquia governada pelo Czar, tinha se envolvido em conflito com o Japão (1904-1905) em torno da Manchúria, o que causou derrota aos russos. A dinastia dos Romanov, em aliança com a burguesia russa, procurava usar o expansionismo para superar sua fraqueza industrial. Oprimia a Galícia, divide a Pérsia e, no estreito de Bósforo, procura estender seu domínio sobre a península balcânica. O país mais atrasado, entre as potências europeias, manifestava ofensiva expansionista. Participa da 1ª Guerra Mundial, ao lado da Inglaterra e França, com objetivo imperialista.

# O marxismo se levanta na Rússia contra a guerra imperialista

A social-democracia alemã, austríaca, francesa e inglesa capitulou desde as primeiras horas da 1 Guerra Mundial. Tomou parte da guerra imperialista com a bandeira de defesa nacional. Expressou assim o chovinismo nacional imperialista. No momento mais crucial da crise capitalista, da contradição entre os Estados nacionais e as relações capitalistas de produção e distribuição mundializadas, a social-democracia mostrou suas raízes nacionais, portanto, burguesas. A falência da II Internacional se deveu ao fato de ser constituída majoritariamente e dirigida por partidos socialistas nacionais.

Eis o balanço de Trotsky: "A guerra de 1914 prenuncia a queda dos Estados nacionais. Os partidos socialistas da época imediatamente precedente eram partidos *nacionais*. Todas as ramificações de sua organização, atividade e psicologia proporcionaram-lhes um crescimento ligado ao do Estado nacional; e em oposição ao empenho solene de seu congresso, as ramificações foram ajudadas pela estrutura estatal conservadora... Na sua queda histórica, os Estados nacionais levaram consigo os partidos socialistas nacionais". ("A guerra e a internacional").

Não por acaso, na guerra, a social-democracia austríaca se colocou do lado da opressão da monarquia austro-húngara contra o direito de auto-determinação da Sérvia e sua constituição nacional. A capitulação nacionalista da social-democracia alemã e austríaca esteve a serviço da sustentação da monarquia dos Hohenzollern e dos Habsburgo.

O Congresso socialista de Bâle de 1912 havia previsto a possibilidade da 1 Guerra e caracterizado como tendência bélica do imperialismo. A ala traidora da social-democracia rompeu com a linha revolucionária de 1912 assim que os acontecimentos foram configurando a guerra entre os blocos austro-alemão e anglo-franco-russo.

Na Alemanha, a fração revolucionária da social-democracia encabeçada por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht não teve tempo de evitar a traição de Karl Kautsky e o proletariado alemão não pôde lutar pelo poder, única via de impedir a guerra imperialista. Mas na Rússia o curso da história foi outro. O partido bolchevique venceu a ala pequeno-burguesa da social-democracia. Os mencheviques, que cumpriu o mesmo papel da social-democracia austro-alemã.

A linha do bolchevismo pôs em prática as caracterizações do Congresso de Bâle. "A questão do caráter imperialista, espoliador e

antiproletário da guerra atual ultrapassou, desde há muito, o estágio de um problema puramente teórico. Não é apenas sob o ângulo teórico que o imperialismo, nos seus traços principais, é, daqui por diante, considerado a luta da burguesia periclitante, caduca, podre, pela divisão do mundo e pela sujeição das pequenas nações (...) Os delegados dos partidos proletários de todos os países exprimiram unânime e formalmente, em Bâle, sua convicção inabalável da iminência de uma guerra e que seria precisamente de caráter imperialista, e tiraram desse fato conclusões *táticas*." (Lenin - A falência da II Internacional).

Fiel a tal posição marxista, o bolchevismo ajudará as massas operárias, camponesas e de soldados sacrificados na guerra imperialista (dois milhões e meio de soldados russos mortos, um número muito superior se contar os mortos civis) a amadurecerem o movimento revolucionário gestado na situação revolucionária criada pela guerra imperialista.

A burguesia liberal russa aliou-se à monarquia dos Romanov para mobilizar milhões de camponeses e operários por detrás dos interesses das potências aliadas e para realizar seu objetivo expansionista. Os mencheviques, que brandiam a "paz", ajudaram os liberais a chegar ao poder do Estado na revolução democrática de fevereiro de 1917 e mantiveram a guerra com o mesmo argumento chovinista da social-democracia alemã - a defesa da pátria como defesa dos interesses capitalistas. O bolchevismo, profundamente vinculado ao proletariado e expressando o sentimento revolucionário dos camponeses, trabalhou sem trégua pela bandeira de "paz, terra e pão", a ser alcançada por um governo operário e camponês.

A "paz" só poderia ser o resultado da derrota da burguesia russa e seus aliados pela insurreição das massas, organizadas nos conselhos de operários, camponeses e soldados (soviets). A tática era a de transformar a guerra imperialista em guerra civil pelo poder do Estado, por um Estado proletário. A situação revolucionária evoluiu e chegou ao seu ápice de amadurecimento em Outubro de 1917. O partido bolchevique firme e paciente ganhou posição para transformar as tendências objetivas da insurreição em levante armado do povo. A bandeira de "todo poder aos soviets" expressou a bandeira de "paz, terra e pão". A revolução proletária triunfou sobre a guerra imperialista.

Prematuramente, a revolução russa, que deu origem à União das Repúblicas Socialistas, aplicando o princípio da autodeterminação dos povos, padecerá do surgimento da contra-revolução estalinista, que, sob novas condições, fará revisão do internacionalismo proletário com a linha do "socialismo em um só país" e coexistência pacífica com o imperialismo. Na 2 Guerra Mundial, a União Soviética comparecerá com a linha do chovinismo e contrário ao internacionalismo leninista-trotskista.

A Revolução Russa será profundamente solapada pela restauração capitalista até os nossos dias. Mas ao contrário do que afirmam os traidores e inimigos da revolução socialista mundial, o capitalismo chega nestes 84 anos da revolução de Outubro decrépito e bárbaro. Confirma: "O imperialismo é a subordinação de todas as classes proprietárias ao capital financeiro e à divisão do mundo entre cinco ou seis "grandes" potências, das quais a maioria participa hoje, da guerra. A divisão do mundo entre as grandes potências significa que todas as camadas proprietárias *têm interesse* na posse de colônias e de esferas de influência, na opressão de nações estrangeiras, nos postos mais ou menos lucrativos e nos privilégios conferidos pelo fato de se pertencer a uma "grande" potência e a uma nação opressora" (Lenin-1915).

A guerra dos Estados Unidos, de todas as potências e de países semicolônias contra o Afeganistão, um país completamente atrasado e indefeso, é a prova mais cabal de que o capitalismo imperialista leva a humanidade à barbárie. A Rússia dirigida pela máfia restauracionista, junto da burocracia chinesa, está colocada a serviço do imperialismo, do esmagamento dos povos oprimidos.

A solução foi-nos apresentada teórica e praticamente pela revolução proletária de Outubro de 1917, na Rússia. Lutamos contra o imperialismo com as armas do internacionalismo proletário. Reconhecemos que o capitalismo está pronto para ser destruído e substituído pela sociedade sem classe (o comunismo), mas há uma crise de direção. Nossa tarefa é trabalhar para superá-la, construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista. portanto, reconstruindo a IV Internacional. Não há como superar a crise de direção se a vanguarda proletária, ligada às massas oprimidas, não assimilar o programa, a tática e a concepção de partido edificadas pelos bolcheviques.

# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guillermo Lora, iniciada no *Massas* n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral, retratam o período da ditadura Garcia Meza (71), e o processo de abertura logo a seguir (77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, em que o Partido tem de se readequar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre, para ampliar seu trabalho com as massas e, principalmente, a incorporação da nova militância. Aqui se discute a questão do trabalho da imprensa partidária.

## Manual do Organizador - Trabalho da Imprensa (II)

Como dissemos anteriormente, devido à mudança da situação política, o Partido se verá obrigado a difundir massivamente seus materiais e principalmente o jornal. Neste caso temos de modificar a técnica de impressão, de diagramação, de difusão, de confecção.

Temos de prestar muita atenção para superar a atual limitação da venda dos materiais. Por enquanto tínhamos de distribuí-lo cautelosamente de mão em mão e agora teremos que realizar uma distribuição massiva. Partindo da atual situação e dos canais que se possuem, podemos vencer as deficiências com as quais tropeçamos atualmente. Se modificarmos da forma assinalada anteriormente, a técnica de distribuição dos materiais, se conseguirmos que os contatos (e principalmente os militantes) se convertam em leitores e propagadores de nossas publicações, se orientarmos e ensinarmos os simpatizantes para que realizem um trabalho bem planejado de difusão da propaganda, se irmos com mais ousadia para as frentes de intervenção para a venda dos materiais, teremos dado os primeiros passos que podem nos levar a uma difusão massiva. Atualmente a venda do jornal está muito abaixo das nossas possibilidades reais, quase exclusivamente chega até a militância e aos contatos que estão muito próximos de nós. Sem exigir maiores esforços pode-se duplicar ou triplicar a tiragem do *“Massas”* e da revista teórica *“Documentos”*.

As células se limitam a instruir que as células vendam um ou dois exemplares do material e não se preocupam em escolher o setor social que devemos atuar com nossas publicações (esta escolha deve ser feita com critérios políticos), de planejar a venda (com o aumento da cota de cada militante). As células hoje em dia também não se preocupam em ensinar os militantes como vender, como ensinar os contatos a ler nossos materiais, como abrir discussões sobre o conteúdo das matérias e as principais idéias que devemos expor.

Ao mesmo tempo, se impõem a necessidade de melhorar a qualidade de nossas publicações, seu conteúdo, sua apresentação. As boas idéias são mais acessíveis às massas quando estas são apresentadas. Estas melhorias serão alcançadas se o trabalho coletivo de todo o Partido substituir o trabalho dos pequenos grupos, que quase sempre tendem a se emancipar do controle da organização partidária.

As células para alcançarem este objetivo, devem começar realizando um trabalho modesto, mas indispensável: centralizar e elaborar as notícias e denúncias das frentes de intervenção.

A proposta da direção nacional no sentido de mobilizar a

militância ao redor da comemoração de datas que têm relação com a vida e as conquistas de nossas diversas publicações (aniversário do *“Massas”* e de *“Documentos”* concretamente), é importante dentro do empenho de utilizar nossas publicações no trabalho de avançar nossa influência política, de organização e educação de novos simpatizantes e militantes.

Todo este trabalho deve ser orientado para o fortalecimento numérico e ideológico da organização e tudo o que devemos fazer deve ser subordinado a este objetivo.

Uma das sugestões consiste em fazer campanhas destinadas a coletar fundos que permitam financiar nossas publicações. Para organizar isto temos de ir aos contatos e simpatizantes, procurar outros companheiros e explicar-lhes o conteúdo e a linha política de nossas publicações. Isto nos abrirá o caminho para a entrada de uma quantidade maior de simpatizantes e de militantes.

Podemos marcar dias para realizar uma propaganda pública nas praças, encontros de todo tipo e inclusive reuniões sociais, mas todas estas atividades deverão servir para aumentar nossa influência política e conseqüentemente para poder crescer numericamente.

No problema da conquista de novos militantes, a imprensa partidária joga um papel de grande importância, não só porque ajuda os organizadores com seu propósito de agrupar e educar os companheiros novos, mas também por nos ajudar a realizar nossos trabalhos nas mais diversas direções.

Um dos êxitos que estamos tendo em matéria propagandística, além da regularidade que aparecem nossas publicações, consiste na difusão dos órgãos de difusão poristas no exterior, atividade que não só contribui para fortalecer o movimento trotskista internacional, mas que também nos tonifica em escala nacional. Essa propaganda seguindo os canais mais surpreendentes, acaba pressionando no âmbito nacional e assim ajuda nosso trabalho de fortalecimento numérico e ideológico.

A confecção, edição e difusão da *“História do POR”* começou a se traduzir na aparição de correntes que tendem a fortalecer o Partido. Este texto deve ser usado como material de estudo e capacitação, e nos permite encontrar quase todos os dias novos contatos e atuando periféricamente tende a destruir alguns de nossos adversários que pretenderam montar seu trabalho sujo em cima de mentiras e falsificações, como por exemplo os nacionais-foquistas. Estes resultados seriam muito mais abrangentes se os militantes e as células descobrissem a forma de estudar este documento de forma coletiva e de sintetizar os aspectos mais importantes. Um trabalho deste tipo foi feito somente pela célula de Paris.

A mesma célula editou o programa do POR em papel especial e num formato adequado para o trabalho clandestino. São trabalhos magníficos que não tardariam em fortalecer o POR dentro da Bolívia. Todo este trabalho deve ser imitado, analisado e devidamente assimilado como uma experiência valiosa.

O partido edita textos e resumos destes, pois acredita que os últimos podem servir melhor para o trabalho cotidiano no seio das massas. Já dissemos que a educação de grupos e de elementos novos leva o selo pessoal dos organizadores, em último termo, serão estes organizadores os que se verão obrigados a realizar seus próprios resumos, que dependem das particularidades que apresentam os companheiros com que desenvolve o trabalho.



# Resumo das obras de Guillermo Lora

Apresentamos a seguir um resumo dos livros das obras completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo, devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicá-las à sociedade.

## Volume XVIII (1967)

Este volume contém o início da transcrição da coletânea "*História do Movimento Operário Boliviano*", este volume abrange os anos de 1848 e 1900, mostra as características do país, a situação da população, o atraso do país, o passado colonial, a caracterização contemporânea do país, as classes. Sobre as classes dominantes comenta: o caudilhismo nacionalista, a luta entre protecionistas e liberais, nas garras do imperialismo, impotência da classe dominante, os do-

nos das minas, liberais e conservadores, camponeses e artesãos respaldam a burguesia liberal. Sobre o movimento operário levanta discussão sobre: os grêmios artesanais, as escolas de artes e ofícios, os periódicos operários, o belicismo, A Junta Central dos Artesãos de La Paz, o mutualismo e os grupos socialistas.

## Volume XIX (1969)

Neste volume, foram transcritos as partes da coletânea "*História do Movimento Operário Boliviano*" referentes aos

anos de 1900 a 1923, nele se demonstra o desenvolvimento do sindicalismo na Bolívia comparando a formação da classe operária do altiplano com os escritos dos clássicos do marxismo. As organizações iniciais funcionavam como centros mutualistas, como a "União Gráfica", onde mantinham ainda o caráter das organizações artesanais, e que pouco a pouco foram ganhando contornos de independência de classe até a construção da Federação Operária do Trabalho de La Paz.

Neste tomo está contido um capítulo sobre o massacre de Uncia em 4 de junho de 1923.

# Governos e feudal-burguesia islâmica do lado do imperialismo

A Organização da Conferência Islâmica, que reúne a cúpula da feudal-burguesia muçulmana, cumpriu as ordens dos Estados Unidos: condenou o atentado terrorista em nome da "religião, da moral e dos valores humanos". Enquanto os mísseis destruíam o já destruído Afeganistão, os vassalos do imperialismo mostravam-se preocupados com a vida dos afegãos.

Em nome também da "religião, da moral e dos valores humanos", colocaram-se do lado do imperialismo e contra o Afeganistão, contra as massas que se levantam por toda parte em movimento antiimperialista. A Conferência Islâmica da feudal-burguesia (56 países) não obteve nenhuma comprovação dos Estados Unidos de que Osama bin Laden é o responsável pelo atentado. Teve o cinismo de pedir "provas conclusivas", ao mesmo tempo que apoiava a ação militar contra o Afeganistão, considerada como "represália".

Yasser Arafat atacou Bin Laden num claro consentimento aos Estados Unidos para destruir a organização nacionalista-terrorista El Qaeda. E mostrou-se empenhado em reprimir as manifestações dos palestinos contra os Estados Uni-

dos/Israel, assim como tem feito os governos do Paquistão, Indonésia etc. Depois da Conferência (10/10), recrudesceram as manifestações populares e também a repressão pró-imperialista dos governos muçulmanos, como na Nigéria.

Por fim a Conferência aprovou um pedido hipócrita, sempre de acordo com os "valores humanos", de que a ONU convoque uma conferência internacional para definir o que é terrorismo e o que é defesa legítima de um povo. A feudal-burguesia bem sabe que não há maior terrorismo do que o exercido pelos Estados Unidos e Inglaterra, que impuseram à força do terror o Estado judeu-sionista contra o povo palestino. Basta que se lembre os genocídios em Der Yacine (1948), na aldeia de Nasser el Dine, Bet Dares etc. Recordemos que a população da aldeia de El Zaiton foi colocada em uma mesquita e em seguida dinamitada pelos judeus-sionistas. Inglaterra e França estiveram por detrás do terror contra os palestinos. Mais recentemente, houve o massacre de Chatila, no Líbano, e agora mesmo os bombardeios contra a intifada.

Certamente, não se poderia esperar

outra reação da Conferência Islâmica, que representa os interesses monárquicos e da feudal burguesia submetida às rédeas do ocidente imperialista.

As massas exploradas por essa feudal-burguesia terão de se voltar contra seus governos para enfrentarem a ofensiva dos Estados Unidos/Inglaterra e de sua santa aliança. Terão de superar o nacionalismo antiimperialista burguês e pequeno burguês (o que inclui o método de luta do terrorismo individual) e levantar a bandeira da revolução social. A ausência do partido mundial da revolução socialista constitui um obstáculo para a evolução dos explorados cumprirem essa tarefa histórica. Por isso mesmo, a vanguarda operária mundial tem o dever de combater o imperialismo trabalhando pela construção dos partidos revolucionários.

A derrota da ofensiva imperialista contra o Afeganistão fortalecerá o movimento da maioria oprimida contra seus próprios governos e a feudal-burguesia. No combate, se constituirá uma vanguarda que verá a necessidade de construir o partido marxista-leninista-trotskista.

# O PT e Lula assumem posição pró-imperialista

Imediatamente ao atentado terrorista, o PT publicou uma nota se solidarizando com o governo norte-americano. As correntes de esquerda do PT se assombraram com a posição pró-imperialista da direção majoritária. Mal sabem elas do "monstro" que ajudam a alimentar e, portanto, de sua responsabilidade colaboracionista.

Em seguida, Lula defendeu o direito dos Estados Unidos de caçar os terroristas. Portanto, colocou-se objetivamente pela ação militar do imperialismo. E para que não houvesse dúvida de sua posição pró-imperialista, o candidato a Presidência da República pelo PT colocou-se ao lado de FHC no apoio aos Estados Unidos.

Diz: "Eu acho que o governo está agindo certo, o Brasil está agindo certo". E completou que, se fosse ele o Presidente, "estaria torcendo para o governo norte-americano pegar logo o culpado". Talvez o vendido Lula fizesse até mais pelos donos do mundo.

O PT e seu candidato espera com a solidariedade pró-imperialista ganhar simpatia dos governo Bush e do conjunto das potências à candidatura de Lula. Quanto a isso a esquerda petista perfila-se por detrás do candidato Lula se cala.

## As esquerdas e a posição de Lula

É claro que todas correntes ficaram indignadas. "O Trabalho" escreveu um artigo "O PT e a guerra", assinado por Markus Sokol e Misa Boito, em que perguntam: "O que significa o governo americano buscar culpados? Já são centenas de crianças, homens e mulheres afegãos mortos pelos mísseis e bombas desde 7 de outubro". Mas cuidadosamente evita-se caracterizar a posição do PT como pró-imperialista.

"O Trabalho" sempre foi grande defensor da candidatura Lula. Irá agora se

colocar pela ruptura com os pró-imperialistas?

O PSTU fez uma clara caracterização: "O PT tem uma posição pró-imperialista nesta guerra, igual a de FHC. O PT apóia os EUA". (...) "O apoio do PT aos EUA na guerra é consequência direta do seu programa de rendição ao imperialismo". Como não caracterizar de pró-imperialista diante de tamanha evidência?

Há um porém na crítica do PSTU que cabe menção. Até ontem defendia a candidatura do PT com um vice camponês. E quem seria o candidato? Lula. Quando Lula já havia mostrado sua face pró-capitalista, negociava abertamente sua candidatura com empresários e recebia "contribuições" do capital, o PSTU mantinha sua posição de apoio eleitoral ao PT. Comporta-se, portanto, como filisteu.

Não por acaso no artigo de crítica "Lula tirou o disfarce" o PSTU se esqueceu de que Lula foi favorável no passado não muito distante à intervenção dos Estados Unidos no Haiti, também quando era candidato e freqüentava as hostes da Casa Branca. Há muito a máscara caiu, só agora o PSTU centrista acha que "Lula tirou o disfarce." Será que o PSTU, em sua campanha eleitoral, apresentará Lula e o PT como coniventes com o genocídio norte-americano contra o Afeganistão? Ou o pragmatismo eleitoreiro continuará a ditar a política real do PSTU?

## A direção da CUT também se solidarizou com o imperialismo

Em sua nota, a CUT também se solidarizou com o povo norte-americano contra o atentado terrorista. Seguiu de perto o PT, seu mentor político. Agora, lança o manifesto pela "Paz, contra a guerra, pela liberdade e a democracia". Posição essa que segue uma parte da esquerda petista, a exemplo do "O Trabalho".

Sem dúvida dá um passo à frente ao condenar a guerra: "Neste momento crítico, a CUT, ao mesmo tempo que repudia a guerra, exige a cessação imediata dos bombardeios contra o povo e o território do Afeganistão." Mas trata-se de uma posição inconseqüente. Procura incentivar o pacifismo, desligando a bandeira da paz da derrota do imperialismo. "Paz, liberdade e democracia" são também bandeiras usadas pelo governo norte-americano para a cruzada bélica.

A guerra, conflitos bélicos, genocídios, são uma constante do capitalismo. Assim, a paz será uma conquista do proletariado, derrotando a burguesia pela via da revolução, portanto, da violência revolucionária. As massas do Oriente Médio, da Ásia Central estão protagonizando um movimento de rua antiimperialista. Trata-se de ampliar mundialmente o combate ao imperialismo genocida, com a bandeira de derrota do imperialismo, autodeterminação e soberania dos povos. Com o Afeganistão pobre e semicolonial, contra o imperialismo abutre do mundo.

## Constituir a Frente Única Antiimperialista

É necessário tomar medidas práticas urgentes contra o genocídio imperialista. A tarefa é constituir uma frente única antiimperialista, que desenvolva a bandeira de derrota dos Estados Unidos, fim imediato dos bombardeios, direito à autodeterminação e soberania dos povos.

Trata-se das correntes e organizações de massa dos trabalhadores constituírem comitês de mobilização antiimperialista e se lançar à campanha de defesa dos povos oprimidos contra as potências. Vincular as reivindicações de salário, emprego, defesa das conquistas sociais, terras aos camponeses, não pagamento da dívida externa com a de fora santa alianças do Afeganistão.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

# A guerra do imperialismo é genocida

A comparação dos fatos nos permite ver o caráter genocida que assumem o grande capital e os governos imperialistas. Transparecem, no genocídio, os reais interesses econômicos e militares. Assim que houve o ataque terrorista e se estimou um elevado número de vítimas, George W. Bush exortou os Estados Unidos a irem à guerra contra todo Estado que abrigasse os partidários de Osama bin Laden e outras organizações terroristas. As vítimas norte-americanas seriam a prova de que o terrorismo atingia a civilização, a mais alta expressão da delinqüência, da demência e da barbárie. Desse momento em diante, os Estados Unidos encabeçariam uma cruzada anti-terrorista, que seria civilizatória e impossibilitaria que vidas inocentes continuassem a ser cortadas.

Quem acompanha minimamente a política internacional dos Estados Unidos e das potências aliadas sabe bem que o intervencionismo militar em nome da civilização (tendo por bandeira direitos humanos, democracia, liberdade e paz) resulta invariavelmente em massacres e devastação material. A guerra contra o Iraque cavou sepulturas na ordem de 150 mil pessoas, milhares delas, mulheres, crianças e velhos. Depois de destruída a capacidade do exército iraquiano, que comparado com a máquina militar do imperialismo ainda está no tempo da pedra, o imperialismo continuou a fustigar o país, mantendo-o sob constante bombar-

deio, a pretexto de defesa dos curdos, de eliminação de armas químicas e pela remoção do governo ditatorial.

Neste caso, as vítimas "inocentes" são considerados efeitos colaterais da guerra e culpa do próprio governo iraquiano.

Como se pode notar, o julgamento moral de "vítimas inocentes" não ajuda a ver as raízes da violência e ainda serve ao imperialismo, que pratica o maior dos terrorismos. A esquerda pequeno burguesa, o reformismo social-democrata e a burocracia sindical - tementes ou não a um Deus - reclamaram contra o terrorismo em nome das "vítimas inocentes". Tomando em absoluto as mortes, houve quem imediatamente clamasse por punição aos terroristas. O que deixou o governo norte-americano emocionado com tamanha solidariedade internacional ao seu objetivo de caçar Bin Laden. Mas assim que a santa aliança, a "justiça infinita" do Pentágono, começou a despejar milhares de mísseis e toneladas de bombas teleguiadas, evidenciou-se aquilo que já estava mais do que evidente: o imperialismo é genocida.

Um país indefeso às armas eletronicamente acionadas, de economia pré-capitalista e de população miserável foi cercado por todos os lados. Eis o dilema dos pró-imperialistas, ditos humanistas, pacificadores: mas agora os mísseis estão caindo sobre a população, fazendo vítimas inocentes. Enquanto o

genocídio é praticado em nome das "vítimas inocentes" norte-americanas e da civilização antiterror, as autoridades respondem que se trata de efeitos colaterais, pois as armas da cruzada não visam a população. E a mortandade é efeito indesejável.

Começa-se a ver que as vítimas inocentes do terrorismo são uma gota de sangue no mar de vítimas do imperialismo. Essa constatação, de forma alguma, nos leva a defender a forma de luta do terrorismo individual, completamente impotente para enfrentar a burguesia armada até os dentes. Somente o proletariado, com seu método coletivo de luta de classe, pode ser vitorioso no levante armado.

Os fantasmas da Primeira e Segunda Guerras, dos intervencionismos, dos golpes militares etc. rondam o ataque ao Afeganistão. Ocorre que o capitalismo é uma máquina de destruição de vidas. Parcelas inteiras de povos semicoloniais são dizimadas. E não se trata de lamentar "vidas inocentes". O problema está nas leis econômicas e sociais do capitalismo, que opõem nações contra nações e classes contra classes. A defesa da vida implica no trabalho pela revolução proletária. O genocídio provocado pelos Estados Unidos em várias partes do mundo, e agora concentrado no Afeganistão, traz à luz do dia a necessidade das massas mundiais, sob a direção da classe operária, enfrentarem o imperialismo com as armas da revolução socialista.

## Guerra: PSTU divulga Chomsky e Petras

O Opinião Socialista nº 122, órgão do PSTU, trouxe artigos dos dois intelectuais sobre o atentado nos EUA. Sem nenhuma crítica ou reparo. A conclusão que o leitor pode tirar é a de que o PSTU concorda com os textos.

Chomsky inicia seu texto caracterizando os ataques como "grandes atrocidades" e "crime horrendo", porém menor que os ataques ianques ao Sudão. Lamenta também que a maioria dos mortos seja de "trabalhadores". Escrito na data dos atentados, prevê que os ataques serão utilizados como pretexto para ampliar o programa militar, em particular o de defesa antimísseis e a repressão aos movimentos. Afirma que "o

crime é um presente para a direita mais reacionária". Conclui chamando a entender o atentado a partir do ponto de vista dos oprimidos árabes, que são oprimidos pelos EUA e por Israel. Ou seja, condena o atentado e critica o imperialismo. Responsabiliza os terroristas pelos atos que a potência imperialista realizará em seguida.

Petras procura mostrar que os atentados são consequência do financiamento e apoio militar dos EUA aos grupos que antes lutavam contra a repressão estalinista na Europa Oriental e Ásia Central, chamados então de "lutadores da liberdade", e que agora tinham se tornado para seus mentores ianques "terroris-

tas violentos". Classifica o conflito aberto como "uma guerra entre extremistas". Ao invés da guerra, propõe "um tempo que sirva para o reconhecimento de que o direito de autodeterminação tem prioridade sobre estas doutrinas imperialistas envelhecidas". Em suma, critica o imperialismo pelo intervencionismo, mas condena os terroristas colocando um sinal de igual entre eles e o imperialismo: ambos são "extremistas". E qual a resposta de Petras? Reflexão e negociação. A posição reformista foi papagaiada pelo PT, que foi solidário aos EUA e pedinte de "solução negociada", enquanto reivindicava punição dos criminosos pelo imperialismo.

# Respostas que deve dar o Congresso do POR

## À Terra

A posição tradicional do Partido sobre essa questão importantíssima diz que toda terra (se encontra nas mãos dos restos do gamonalismo, de empresários, do Estado, da Igreja etc) deve ser recuperada pelas nacionalidades nativas, hoje subjugadas pelos donos de todos os poderes econômico e político (todos eles servis incondicionais do imperialismo).

Colocado assim o problema abrange o conjunto do campesinato e não há lugar para separar entre os que têm a terra e os que não a tem. A luta tem de ser única.

Um dos objetivos imediatos é a superação da miséria extrema imperante, que será resultado da sociedade futura, cimentada na propriedade social (fazendas coletivas) da terra, do emprego das máquinas, da eletricidade etc.

A solução do problema da terra é inseparável da autodeterminação nacional e ambas são objetivos fundamentais da revolução e ditadura proletárias.

## O Neoliberalismo

A tese de que o neoliberalismo significava o renascimento do capitalismo em crise terminou como um absurdo.

O neoliberalismo (sepultura de toda forma de estatismo) se apresenta abrindo as portas do país à invasão das multi-

nacionais (isto é, ao imperialismo), causa de nossas maiores desgraças.

O neoliberalismo resultou na negação do liberalismo, próprio da época de ascenso do capitalismo. Sua implantação no país não significou a chegada ilimitada de capitais, mercado e emprego de exército industrial de reserva, próprio do esplendor capitalista, portanto salários elevados. Estamos afogados em meio ao desemprego massivo, da perda das conquistas sociais (flexibilização trabalhista), enfim no aumento da extrema miséria. A resposta não é a de mudar de dominador, mas sim conseguir que o Estado operário retome as empresas (LAB, FFCC etc) e controle os recursos naturais.

## E a Revolução Social?

Os "esquerdistas" de toda sorte e a burocracia sindical atuam guiados pelo convencimento de que todos os problemas do país podem se resolver conversando e buscando as respostas com as autoridades governamentais e, inclusive, com as multinacionais.

Esquece-se que a burguesia boliviana é intermediária ou comercial, integralmente submetida ao imperialismo e que existe graças às esmolas que lhe proporciona. Seus governos de plantão existem na medida que conseguem ganhar a confiança da metrópole opressora. Bolívia é

uma semicolônia, perdeu sua soberania e se move pela vontade do embaixador norte-americano.

Daí há que deduzir que toda conciliação com a classe dominante ou seu governo não será outra coisa senão uma reiteração da submissão à vontade de Washington.

A verdadeira solução dos problemas do país e das massas se alcançará orientando a política para a derrota da burguesia, como passo para a consumação da revolução social ou proletária.

Em oposição aos reformistas e revisionistas, defendemos que a revolução e ditadura proletárias não serão cumpridas num futuro indeterminado, mas serão conseqüências da luta diária que levam às massas sob a liderança do Partido Revolucionário, isto é, da política (finalidade estratégica) da classe operária.

A luta pelas reformas, pela satisfação das necessidades imediatas dos explorados e oprimidos, tem de se orientar seguindo o caminho das reivindicações transitórias, que constituem o ponto pelo qual as massas, partindo de sua situação atual, do grau de politização, de suas limitações, se aproximam para a conquista do poder.

(Extraído do Jornal Massas boliviano, n. 1781, órgão central do Partido Operário Revolucionário na Bolívia)

## História

# O descobrimento da América

Em 12 de outubro de 1492, com 120 tripulantes, chegou às costas do continente Cristovão Colombo, que contava com o apoio e a proteção dos reis católicos da Espanha.

Assim se iniciam a conquista e a invasão peninsular do Continente. Colocam-se como símbolos da destruição dos impérios, das nacionalidades nativas, a espada e a cruz.

Não faltam aqueles que pregam a tese de que os invasores civilizaram os nativos, arrancando-os da barbárie, quando na realidade sua obra central foi a de converter os filhos do continen-

te em servos, os que foram arrancados de sua terra e das riquezas que possuíam.

Os filhos dos invasores, os crioulos (colonos), sempre levantando a cruz e a espada (em todas as épocas os escravizadores dos americanos disseminaram com água benta sua obra destruidora) continuaram impávidos a tarefa de converter em ouro o suor, o sangue e as lágrimas dos indígenas, chegando ao extremo de sepultar não poucas leis índias, ditadas para proteger as criaturas bestializadas.

A colônia e a república não têm sido

mais do que o calvário para os americanos, que através dos séculos têm sido e continuam sendo explorados pelos poderosos da terra e por seus irmãos invasores.

Por sorte, os servos já se levantam dispostos a impor com a ajuda da violência revolucionária sua emancipação definitiva e pôr em pé os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

(Extraído do Jornal Massas boliviano, n. 1781, órgão central do Partido Operário boliviano)